

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO****EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.015/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.015/2026**

(Processo Administrativo nº 2023.0.000043714-7)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por meio da Assessoria Técnica de Licitações, sediada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, torna público que realizará a licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015, da IN SEGES/ME Nº 73/2022 e legislação aplicável.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 de junho de 2026, às 11h00 (horário de Brasília)**ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:** <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>**CONTRATANTE (UASG): 070017****VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 628.736,16****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço total****MODO DE DISPUTA: aberto e fechado****TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: sim****1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **prestação do serviço continuado de controle e combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo ações de desinsetização, desratização, descupinização e monitoramento, nos imóveis utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro situados nas Regiões Norte e Centro/Norte do Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 24 (vinte e quatro meses)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Os licitantes deverão SEMPRE observar as especificações contidas no Termo de Referência, considerando que pode haver divergência com a especificação constante no sistema.

1.2. A licitação será realizada por item único.

1.3. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA

ANEXO II - PROPOSTA PADRÃO

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IV - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão informar-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O licitante se responsabilizará pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, devendo acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

2.1.3. O licitante se responsabilizará pelos atos praticados diretamente ou por representante seu, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de acesso.

2.1.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no **subitem 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, uma vez que as informações cadastrais, em especial os telefones e endereço de e-mail, poderão ser utilizados por este Tribunal para todos os fins, inclusive para envio documentos e notificações.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas (desde que atendidos os requisitos previstos no [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#)), nos termos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e Decreto nº 8.538/20215.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME/EPP ou equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. **Não** poderão participar desta licitação:

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, isoladamente ou em consórcio, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.3.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos a que se refere o **subitem 2.3.2** poderá participar no apoio das atividades de planejamento, de execução da licitação ou de gestão da contratação, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos deste órgão.

2.3.2.3. O disposto no **subitem 2.3.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.3.3. Pessoa física ou jurídica que esteja impedido de participar de licitação e celebrar contratos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

2.3.3.1. O impedimento do subitem acima também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos **5 anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato o agente público deste órgão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

3.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.1.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço unitário e total do item**, já considerados e inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.1.3. **O fornecedor pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração, nos termos do art.5º da IN SEGES/ME Nº 116/2021.**

3.1.3.1. **O valor de que trata o subitem anterior será subtraído do preço da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).**

3.2. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

3.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.4.1 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa declarará no sistema eletrônico que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O licitante enquadrado como ME/EPP ou equiparadas, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1 No subitem exclusivo para participação de ME/EPP ou equiparadas, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME/EPP ou equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade das declarações de que tratam os **subitens 3.5, 3.6 e 3.7** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#) e neste Edital.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu preço final mínimo quando do cadastramento da proposta, nos termos do art. 19 da IN SEGES/ME Nº 73/2022, obedecendo às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de preços entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o preço final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9.3. O preço final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado, preço superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema; e

3.9.4. O preço final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para este Tribunal, podendo ser disponibilizado somente aos órgãos de controle externo e interno.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 4.2.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas e somente estas participarão da fase de lances.
- 4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.6. O lance deverá ser ofertado pelo **preço unitário do item**.
- 4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, sempre de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).
- 4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 4.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.14. Caso haja desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.14.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema persistir por tempo superior a **10 minutos**, a sessão deverá ser suspensa e sua continuidade agendada respeitando o limite mínimo de **24 horas**, contados da comunicação no "chat".

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 5.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de **ME/EPP ou equiparadas**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.2. Nessas condições, as propostas de **ME/EPP e equiparadas**, que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.3. A **ME/EPP ou equiparadas** melhor classificada, nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 minutos**, contados após a comunicação automática do sistema.
- 5.4. Caso a **ME/EPP ou equiparadas**, melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais **ME/EPP ou equiparadas** que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **ME/EPP ou equiparadas**, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.6. O critério de desempate previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), será aplicado quando houver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, no que couber e na seguinte ordem:

5.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme [Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023](#);

5.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.6.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.7. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

6.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado for desclassificado.

6.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.2. Será verificado, ainda, se o licitante melhor classificado atende às condições de participação previstas no **item 2**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação no certame ou sua futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS / Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União - CGU (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

6.2.1. A consulta ao CEIS será realizada no nome e no CNPJ da licitante e também no CPF do seu sócio majoritário, se houver, considerando as sanções previstas na [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.2.2. Constatada existência de sanção, o licitante será desclassificado, por falta de condição de participação.

6.2.3. Caso conste no SICAF apontamento de "Ocorrência Impeditiva Indireta" do licitante com empresa impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea, será realizada diligência para verificar indícios de fraude à Lei de Licitações, através dos seguintes meios, dentre outros :

- a) vínculos societários;
- b) linhas de fornecimento similares ou atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

6.2.4. Diante da presença de indícios de ilícito, o(a) Pregoeiro(a) consignará no “chat” e submeterá os autos para análise da autoridade superior, que poderá, observado o contraditório e a ampla defesa, desconsiderar a personalidade jurídica do licitante, para que todos os efeitos da sanção aplicada à pessoa jurídica penalizada lhe alcancem, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.5. Caso haja desconsideração da personalidade jurídica do licitante, este será desclassificado, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

6.3. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que tenha se utilizado de algum tratamento favorecido à ME/EPP ou equiparadas, terá sua condição verificada, mediante consulta ao PNCP para verificar se os contratos celebrados pelo licitante não extrapolam o limite da Lei Complementar 123/2006.

- 6.3.1. Constatada a superação do limite previsto no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) concederá ao licitante a oportunidade de se manifestar com vistas a demonstrar seu correto enquadramento como ME/EPP ou equiparadas.
- 6.4. As propostas finais, enviadas após a etapa de lances, serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao(s) limite(s) unitário(s) e total(is) máximo(s) do item estipulado(s) no **Anexo IV** do Edital, observado o critério de julgamento de **menor preço total do item**.
- 6.5. O licitante melhor classificado deverá enviar, no prazo de **2 horas**, a contar da convocação pelo sistema, os seguintes documentos, sob pena de recusa da proposta:
- 6.5.1. Proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme **modelo do Anexo II**. Todas as especificações do objeto contidas na proposta final, tais marca, modelo, tipo, fabricante e procedência vinculam a contratada.
- 6.5.2. Os licitantes deverão ofertar valores em reais, para o item único, o qual contemplará os serviços de Monitoramento e Aplicação nos imóveis de uso da Justiça Eleitoral localizados nas Regiões Norte e Centro/Norte, e será resultante da seguinte multiplicação:

[24 (meses)] X [área total máxima do item] X [valor unitário por m²].

- 6.5.3. O valor ofertado deverá contabilizar todos os custos relativos aos dois tipos de ações previstas no presente documento (monitoramento e aplicação), tais como mão de obra, insumos, materiais, equipamentos, ferramentas, deslocamento/transporte etc, observada a descrição e o modelo de execução descritos respectivamente conforme **itens III e V** e seus subitens, do Termo de Referência - Anexo I do edital.
- 6.5.4. O valor unitário mensal ofertado para cada item será idêntico para todos os meses da prestação do serviço e para todos os imóveis e localidades que o compõem, conforme subitem 5.4.8 do Termo de Referência - Anexo I do edital.
- 6.5.5. O prazo previsto no subitem 6.5 poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que devidamente justificado e aceito pelo(a) pregoeiro(a) ou de ofício, a critério do mesmo, quando constatado que o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, considera-se indício de inexequibilidade das propostas os valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexequibilidade prevista acima somente será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Erros no preenchimento da(s) planilha(s) não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo estas serem ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.9. Se a proposta do licitante for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às exigências do Edital e anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, técnica e econômico-financeira será verificada, através de consulta ao SICAF (nos níveis de cadastro I ao VI), conforme a documentação especificada neste item.
- 7.1.1. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.
- 7.1.2. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.
- 7.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, no prazo de **2 horas**, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) ou mediante solicitação formal do licitante.
- 7.1.4. A verificação de documentos de habilitação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.2. Documentação exigida para habilitação jurídica, conforme o caso:

- 7.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente.
- 7.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 7.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.
- 7.2.4. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 7.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 7.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.3. Documentação exigida para habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 7.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União- DAU, por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).
- 7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- 7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT.
- 7.3.5. Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 7.3.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do 7º da Constituição Federal prestada, eletronicamente, na fase de cadastramento da proposta.

7.4. Documentação exigida para habilitação técnica:

- 7.4.1. Registro/inscrição da empresa junto ao conselho profissional correspondente do seu responsável técnico, em vigor.
- 7.4.2. Carteira de identidade profissional do responsável técnico expedida pelo respectivo conselho profissional e comprovante de regularidade da respectiva inscrição.
- 7.4.3. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstre(m), de forma satisfatória, a execução de serviços similares com o objeto da contratação.
 - 7.4.3.1. Os atestados deverão comprovar que a empresa licitante tenha executado serviços compatíveis com os especificados neste Termo de Referência minimamente em **50% da área total estimada (2.963,5 m²)** ou **50% da quantidade de imóveis (14 imóveis)** que compõem o respectivo item, conforme subitem 5.3.1 do Termo de Referência - Anexo I do edital.
 - 7.4.3.2. Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.
 - 7.4.3.3. Será aceito, para comprovação do quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
 - 7.4.3.4. O pregoeiro poderá solicitar, relativamente aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante, a apresentação das respectivas Notas Fiscais e dos Comprovações de Execução dos Serviços (CES), cuja obrigatoriedade é imposta por meio da Resolução ANVISA RDC nº 622, de 9 de março de 2022.
 - 7.4.3.5. Será aceito o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante para comprovação do quantitativo mínimo.
 - 7.4.3.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 7.4.4. Licença ou certificado ambiental, que deverá ser expedido pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.
- 7.4.5. Licença ou certificado sanitário válido, expedido pela autoridade sanitária competente do município em que está estabelecida a empresa licitante ou, no caso da inexistência de autoridade sanitária local, pela autoridade sanitária competente do estado do Rio de Janeiro.
 - 7.4.5.1. Quando não for comprovadamente possível obter o certificado ou licença sanitária perante autoridade competente da localidade do licitante ou do Estado do Rio de Janeiro, o licitante deverá apresentar declaração que informe tal situação, podendo o pregoeiro realizar diligências que confirmem a veracidade das informações.

7.6. Documentação exigida para qualificação econômico-financeira:

7.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis relativas aos dois últimos exercícios sociais que comprovem o atendimento aos seguintes índices, calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício social anterior ao da licitação:

- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); ou alternativamente
- b) patrimônio líquido mínimo de 10% do valor anual estimado da contratação.

Fórmula dos índices contábeis:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

7.5.2.1. Deverá ser apresentada declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices acima exigidos.

7.5.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos.

7.6. No caso de participação de cooperativas, desde que atendidos os requisitos previstos no [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#)), será exigida a seguinte documentação complementar:

7.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

7.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.6.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

7.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

7.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.7. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal. Caso o estabelecimento não seja cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste.

7.8. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP ou equiparadas, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

7.8.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

7.8.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Em caso de dúvida em relação à integridade de documento digital apresentado durante certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar o envio dos documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**, para endereço informado no **subitem 15.1** deste Edital.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou à inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, conforme o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, de forma imediata, em campo próprio do sistema, no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a), que não poderá ser inferior a **10 minutos**, sob pena de preclusão.

8.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação através do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada as fases de julgamento de habilitação e de recurso, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.3. Preliminarmente à contratação, será verificado se o licitante encontra-se regular no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, conforme determinação do art. 6º na Lei nº 10.522/2002, alterada pela Lei nº 14.973/2024.

9.3.1 A irregularidade junto ao CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

9.3.2. Constatada a irregularidade, será concedido o prazo de **5 dias úteis** para a regularização dos débitos apontados no cadastro.

9.3.3. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificada e aceita pelo TRE-RJ.

10. DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Não se aplica a presente contratação.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. O licitante pode ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame.

12.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar a documentação complementar exigida com a proposta;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou aceitar instrumento equivalente ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. Fraudar a licitação.

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Para as infrações mencionadas no **subitem 12.1**, serão aplicáveis as seguintes sanções:

I - advertência, em caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar sanção mais grave;

II – multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução, por dia útil, não ultrapassando o limite de 10% sobre o valor mensal do contrato;

III- multa administrativa, de 0,5 a 30% sobre o valor mensal do contrato;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando, pela gravidade, a aplicação de multa for insuficiente;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de três a seis anos, exclusivamente para as infrações dos **subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8** e, não obstante, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

12.3. A dilação de prazo, quando autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

12.4. A multa administrativa pode ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com as demais penalidades.

12.5. As situações específicas que ensejam aplicação de multa administrativa e moratória, estão descritas nas tabelas dos subitens 6.4.2 e 6.4.3 do Termo de Referência.

12.6. A apuração de infrações ocorrerá mediante processo administrativo instaurado pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

12.6.1. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

12.6.2. Na aplicação de sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias atenuantes e agravantes (inclusive os antecedentes da contratada); os danos causados à administração; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. O procedimento que envolver possível aplicação de multa administrativa observará o seguinte:

12.7.1. Será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.7.2. Caso não existam faturas próximas suficientes para garantir eventual penalidade pecuniária ou se a gravidade da infração assim justificar, o TRE-RJ poderá acautelar até 30% do valor da fatura, condicionando a liberação do valor retido à conclusão do apuratório.

12.8. O procedimento que envolver possível aplicação de impedimento e declaração de inidoneidade observará o seguinte:

12.8.1. Será conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou o contratado para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.8.2. Caso o pedido de produção de novas provas seja deferido ou juntadas provas consideradas indispensáveis pela comissão, o fornecedor ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 dias úteis** contado da intimação.

12.8.3. As provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas deverão ser indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada.

12.9. A aplicação de penalidades não obsta o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços nem exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.

12.10.A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras.

12.11.Após regular processo administrativo, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, conforme o caso, no CNEP e/ou no CEIS, devendo a implementação das penalidades pecuniárias observar o seguinte:

12.11.1.A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrada administrativamente, estando a contratada sujeita a juros moratórios de 1% ao mês caso não realize o respectivo recolhimento no prazo de **5 dias úteis** a contar da intimação da decisão punitiva.

12.11.2.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.12.A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, na forma do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

12.13. A reabilitação do fornecedor ou contratado exigirá, cumulativamente, as seguintes condições, em consonância com o art. 163 da Lei nº 14.133/2021:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

12.13.1.A sanção pelas infrações previstas nos **subitens 12.1.4 e 12.1.8** exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.14.Quando as circunstâncias do caso concreto e a baixa gravidade da infração e do dano justificarem, a aplicação de penalidade pode ser substituída por soluções consensuais ou de ajustamento de conduta, mediante intervenção da Assessoria Jurídica, em consonância com disposto nos art. 151 da Lei de Licitações e art. 26 da LINDB.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1.Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimento, devendo encaminhar o pedido em até **3 dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente, por meio do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

13.2.O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3.As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

13.4.As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.6.Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO REAJUSTE

14.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/04/2026.

14.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.A Assessoria Técnica de Licitação, localizada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.061-021, está disponível para atendimento ao público, em dias úteis, no horário de 11h00 a 19h00, através dos telefones: **(21) 3436-8155 / 8156 / 8157** ou e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

15.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

15.6. Os casos omissos e dúvidas suscitadas neste Pregão serão resolvidos com base nos princípios, na doutrina e na legislação em vigor.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.9. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro competente da Justiça Federal, na cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro.

ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA
ANEXO IV - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS
ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DISPONÍVEIS APÓS A MINUTA DE CONTRATO QUANDO DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL

ANEXO II - PROPOSTA PADRÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.015/2026

OBJETO: Prestação do serviço de serviço continuado de controle e combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo ações de desinsetização, desratização, descupinização e monitoramento, nos imóveis utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro situados nas Regiões Norte e Centro/Norte do Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 24 (vinte e quatro meses).

ITEM ÚNICO – REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE						
SERVIÇOS /AÇÕES	PERIODICIDADE	QUANTIDADE (A)	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA (m²) (B)	VALOR UNITÁRIO DO m² (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO (A) X (B) X (C)
Desinsetização, Desratização e Descupinização	Mensal	24 (vinte e quatro) meses	m² (metro quadrado)	5.927 (cinco mil, novecentos e vinte e sete)	R\$	R\$

(Monitoramento e Aplicação) conforme itens III e V						
---	--	--	--	--	--	--

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de atendimento das Resoluções CNJ nº 07/2005 e nº 229/2016, que não constam no quadro societário desta empresa cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Estamos cientes que a vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização, bem como que a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

NOME CONTATO:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

Obs.1: Informar CNPJ da matriz ou da filial que executará o objeto, para fins de verificação da regularidade fiscal.

Obs.2: Os dados cadastrais e de contato da empresa deverão estar atualizados.

(Local), de de

(assinatura)
REPRESENTANTE LEGAL

MINUTA DE CONTRATO – ANEXO III

CONTRATO Nº __/202__

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E (licitante vencedora), PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SERVIÇO CONTINUADO DE CONTROLE E COMBATE A VETORES E PRAGAS URBANAS, COMPREENDENDO AÇÕES DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E MONITORAMENTO, NOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO SITUADOS NAS REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO MESES)

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, com sede na Rua da Alfândega, 42, 6º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Diretora Geral Eline Iris Rabello Garcia da Silva, ou, em sua ausência, pelo Diretor-Geral em substituição Rodrigo da Rocha Camargos, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato da Presidência nº 374, de 17/12/2025, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, (licitante vencedora), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme docs. SEI, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.015/2026, instruído no Processo nº 2023.0.000043714-7, vinculado aos Edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **prestação do serviço de serviço continuado de controle e combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo ações de desinsetização, desratização, descupinização e monitoramento, nos imóveis utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro situados nas Regiões Norte e Centro/Norte do Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 24 (vinte e quatro meses)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e seus anexos.

ITEM ÚNICO – REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE						
SERVIÇOS /AÇÕES	PERIODICIDADE	QUANTIDADE (A)	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA (m²) (B)	VALOR UNITÁRIO DO m² (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO (A) X (B) X (C)

Desinsetização, Desratização e Descupinização (Monitoramento e Aplicação) conforme itens III e V	Mensal	24 (vinte e quatro) meses	m ² (metro quadrado)	5.927 (cinco mil, novecentos e vinte e sete)	R\$	R\$
--	--------	-------------------------------------	---	---	-----	-----

1.2. O objeto será executado em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, ressalvado o período de garantia previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o preço total de R\$ (.....).

3.2. No preço acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa para o exercício de, no valor de **R\$** (.....), correrá à conta de recursos consignados ao TRE-RJ no Orçamento Geral da União. Programa de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral. Natureza da despesa:, conforme Nota de Empenho nº ____/____, de ____/____/____, ficando a despesa, referente aos exercícios subsequentes de, no valor de **R\$** (.....) para ser empenhada a conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1. Todos os serviços prestados pela contratada, bem como suas reaplicações e reforços, terão garantia de seis (06) meses, contados da data de sua última aplicação ou monitoramento.

5.2. Durante o período de garantia dos serviços a contratada estará obrigada a realizar assistência técnica corretiva, quando solicitada pela fiscalização do contrato, que consistirá em rever instalações, removendo todos os focos e indícios de infestação das pragas. Deverá ser realizada por técnico(s) especializado(s) da contratada e sem qualquer custo adicional para o TRE-RJ.

5.3. A prestação do serviço em garantia deverá ser concluída no prazo máximo de cinco (05) dias úteis contados da data de cada solicitação.

5.4. Os serviços de assistência técnica corretiva serão prestados com o fornecimento, pela contratada, de todo o material e mão-de-obra necessários para a execução do objeto da licitação.

5.5. Completada a intervenção mensal nas unidades constantes do correspondente cronograma aprovado, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato, por e-mail, até o primeiro dia útil do mês posterior à execução dos serviços, as cópias dos "Comprovantes de Execução dos Serviços (CES)" devidamente assinados, nos quais deverão constar minimamente as seguintes informações, em conformidade com o disposto no Art. 20 da Resolução Anvisa RDC nº 622/2022:

5.5.1. nome do cliente;

5.5.2. endereço do imóvel;

5.5.3. especificação do serviço com descrição da praga alvo;

5.5.4. data de execução dos serviços;

5.5.5. prazo de assistência técnica, escrito por extenso, do serviço por praga alvo;

5.5.6. grupo químico do produto eventualmente utilizado;

5.5.7. nome e concentração do uso do produto eventualmente utilizado;

5.5.8. nome do responsável técnico com o número de seu registro no Conselho profissional correspondente;

5.5.9. número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo;

5.5.10. identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade;

5.5.1.11. campo para avaliação da qualidade dos serviços realizados e as justificativas do avaliador.

5.6. A cada unidade imobiliária discriminada na coluna "Unidade Imobiliária" da tabela constante do subitem 5.3.1 corresponderá um comprovante de realização dos serviços, considerando que em diversos imóveis há duas ou mais unidades autônomas.

5.7. A contratada deverá encaminhar à fiscalização, juntamente com os Comproverantes de Execução dos Serviços (CES), um Certificado de Garantia, no qual deverá constar a identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverão constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

5.8. Após cada intervenção (preventiva ou corretiva) a contratada deverá apresentar recomendações por escrito para a fiscalização visando atenuar e/ou prevenir as causas de possíveis infestações que serão transmitidas aos usuários das unidades.

5.9. Após a realização do serviço, a contratada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença do INEA, nos termos do art. 24 da Lei RJ nº.7806/2017.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do Contratante:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

6.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.7.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. São obrigações do Contratada:

6.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas neste Contrato e no Termo de Referência - Anexo I e seus anexos.

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.2.4. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

6.2.5. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação de parcela(s) do objeto, quando previsto no Termo de Referência.

6.2.5.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2.6. Exigir os prestadores de serviço observem as disposições constantes no Código de Ética do TRE-RJ, instituído por meio da Resolução nº948/2016 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Resoluções do TRE-RJ - selecione ano: 2016 e palavra chave: 948).

6.2.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.2.8. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.

6.2.9. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6.2.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2.11. Observar e cumprir a Resolução CNJ nº 351/2021 que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive, no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncia, dando-lhes ciência do protocolo de acolhimento acessível no endereço <https://www.tre-rj.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/comites-e-comissoes/outros-comites-e-comissoes/cpeasse/cpeasse-comissao-de-prevencao-e-enfrentamento-do-assedio-moral-e-sexual-do-tre-rj>.

6.3. São obrigações comuns das partes:

6.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

6.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa Eletrônica/instrumento contratual.

6.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. As condições para medição e liquidação e pagamento encontram-se disciplinadas no **item VII - Critérios para Medição dos Resultados e Aferição de Qualidade dos Serviços Prestados - do Termo de Referência - Anexo I** do Edital.

7.2. Será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

7.3. No caso de atraso no pagamento provocado, exclusivamente, pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/04/2026.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA NONA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

9.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento e garantia do objeto, bem como as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, constam no Termo de Referência- Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O contratado pode ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.1.1. As infrações descritas neste subitem somente estarão caracterizadas após o decurso dos prazos/limites fixados para item análogo do Instrumento de Medição de Resultados, se houver.

10.2. Para as infrações mencionadas no **subitem 10.1**, serão aplicáveis as seguintes sanções:

- I - advertência, em caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar sanção mais grave;
- II – multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução, por dia útil, não ultrapassando o limite de 10% sobre o valor mensal do contrato, conforme tabela do subitem 6.4.3 do Termo de Referência;
- III- multa administrativa, de 0,5 a 30% sobre o valor mensal do contrato, conforme tabela do subitem 6.4.2 do Termo de Referência;
- IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, para as infrações das **alíneas "b", "c" e "d" do subitem 10.1**, quando, pela gravidade, a aplicação de multa for insuficiente;
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de três a seis anos, exclusivamente para as infrações das **alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 10.1** e, não obstante, para as infrações das **alíneas "b", "c" e "d"** quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

10.3. A dilação de prazo, quando autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

10.4. A multa administrativa pode ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com as demais penalidades.

10.5. A apuração de infrações ocorrerá mediante processo administrativo instaurado pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

10.5.1. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

10.5.2. Na aplicação de sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias atenuantes e agravantes (inclusive os antecedentes da contratada); os danos causados à administração; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. O procedimento que envolver possível aplicação de multa administrativa observará o seguinte:

- 10.6.1. Será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 10.6.2. Caso não existam faturas próximas suficientes para garantir eventual penalidade pecuniária ou se a gravidade da infração assim justificar, o TRE-RJ poderá acautelar até 30% do valor da fatura, condicionando a liberação do valor retido à conclusão do apuratório.

10.7. O procedimento que envolver possível aplicação de impedimento e declaração de inidoneidade observará o seguinte:

- 10.7.1. Será conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou o contratado para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.7.2. Caso o pedido de produção de novas provas seja deferido ou juntadas provas consideradas indispensáveis pela comissão, o fornecedor ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 dias úteis** contado da intimação.
- 10.7.3. As provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas deverão ser indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada.

10.8. A aplicação de penalidades não obsta o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços nem exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.

10.9. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras.

10.10. Após regular processo administrativo, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, conforme o caso, no CNEP e/ou no CEIS, devendo a implementação das penalidades pecuniárias observar o seguinte:

10.10.1. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrada administrativamente, estando a contratada sujeita a juros moratórios de 1% ao mês caso não realize o respectivo recolhimento no prazo de **5 dias úteis** a contar da intimação da decisão punitiva.

10.10.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, na forma do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. A reabilitação do fornecedor ou contratado exigirá, cumulativamente, as seguintes condições, em consonância com o art. 163 da Lei nº 14.133/2021:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

10.12.1. A sanção pelas infrações previstas nas **alíneas "e" e "h" do subitem 10.1** exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.13. Quando as circunstâncias do caso concreto e a baixa gravidade da infração e do dano justificarem, a aplicação de penalidade pode ser substituída por soluções consensuais ou de ajustamento de conduta, mediante intervenção da Assessoria Jurídica, em consonância com disposto nos art. 151 da Lei de Licitações e art. 26 da LINDB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos **2 meses** de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de **2 meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após **2 meses** da data da comunicação.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS

14.1. As partes expressamente concordam que este instrumento pode ser assinado digitalmente, nos termos da Lei nº 14.063/2020, sendo dispensadas as testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for verificável em provedor de assinaturas, e sendo considerada como data de assinatura deste documento aquela em que ocorrer a última assinatura digital das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

15.1. Caberá ao Contratante a divulgação do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato que não puder ser composta por conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado, assinado pelas partes.

Rio de Janeiro, data da última assinatura digital das partes.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**CONTRATADA**

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 01/06/2026, às 14:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5033784** e o código CRC **2BB8FED7**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS****TERMO DE REFERÊNCIA****I - OBJETO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

Serviço continuado de controle e combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo ações de desinsetização, desratização, descupinização e monitoramento, nos imóveis utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro situados nas Regiões Norte e Centro/Norte do Estado do Rio de Janeiro, pelo período de vinte e quatro (24) meses conforme especificações, condições, quantidades e requisitos constantes do presente Termo de Referência.

ITEM ÚNICO - REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE (vide municípios no subitem 5.4.8.1)					
SERVIÇOS/AÇÕES	CATSER	PERIODICIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA (m²)
Desinsetização, desratização e descupinização (Aplicação e Monitoramento)	3417	Mensal	24 (vinte e quatro) meses	Metro quadrado (m²)	5.927 (cinco mil, novecentos e vinte e sete)

Observação: A "Área Total Máxima Estimada (m²)" equivale ao somatório das áreas individuais de todos os imóveis atualmente utilizados pelo TRE/RJ nas respectivas regiões que integram o Item Único, acrescido do percentual estimado para eventuais alterações imobiliárias (acréscimos) no decorrer da vigência contratual, conforme subitens 5.3 e 5.4 deste Termo de Referência.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

Conforme descrito nos Estudos Técnicos Preliminares (documento SEI 4856350), aprovados em 04/03/2026 pelo Secretário de Manutenção e Serviços, Fulvio Coelho Fonseca, por meio do despacho 4865433.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

3.1 - O objeto da presente contratação compreende o controle e combate a pragas e vetores, por meio da realização dos seguintes serviços e ações, conforme especificações, condições, quantidades e exigências constantes do presente Termo de Referência:

3.1.1 - Desinsetização: Controle e combate a todos os tipos de insetos, tais como: baratas, besouros, formigas, gafanhotos, marimbondos, vespas, moscas, mosquitos, percevejos, pulgas, traças, etc. Para efeito da presente contratação está incluído neste tipo de serviço o combate aos aracnídeos (aranhas, carrapatos, escorpiões etc), bem como aos moluscos terrestres (caracóis africanos e lesmas);

3.1.2 - Descupinização: Controle e combate a cupins de madeira seca, cupins subterrâneos ou de solo, carunchos e brocas;

3.1.3 - Desratização: Controle e combate a roedores em geral (ratos, ratazanas, camundongos etc); e

3.1.4 - Monitoramento: Conjunto de ações de inspeção visual com acompanhamento contínuo das infestações e conscientização dos usuários dos imóveis acerca de práticas e comportamentos favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento de novas infestações. A inspeção abrange a avaliação presencial dos locais por parte da empresa contratada, e deverá contemplar estruturas edificadas, entornos, pontos propícios ao acesso, desenvolvimento e instalação de vetores e pragas. O monitoramento também inclui a verificação e acompanhamento dos pontos de aplicação de produtos, iscas, armadilhas, barreiras, etc e todas as intervenções que se façam necessárias em virtude de constatação por meio do próprio monitoramento.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1 - Os serviços são considerados de natureza continuada.

Os serviços são considerados de natureza continuada, permanentemente necessários à Instituição para o bom desempenho de suas atribuições. A inexistência da prestação deste tipo de serviço poderá comprometer as atividades deste Tribunal, na forma de riscos à saúde de magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como à preservação do patrimônio público.

4.2 - Os serviços são considerados comuns, eis que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.3 - Os serviços não serão prestados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

4.4 - Os serviços não serão prestados sob demanda.

4.5 - A contratação não se dará pelo sistema especial de registro de preços.

4.6 - A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a referente à Segurança e Medicina do Trabalho, aos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança da contratante.

4.6.1 - Normativos e Legislação que disciplinam a contratação:

4.6.1.1 - Lei nº. 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos.

4.6.1.2 - Instrução Normativa nº. 08/2019 da Presidência do TRE-RJ - disciplina os procedimentos relativos à pesquisa de mercado a ser realizada no âmbito da contratação de serviços em geral deste Tribunal.

4.6.1.3 - Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017;

4.6.1.4 - RDC ANVISA nº. 622/2022;

4.6.1.5 - Guia de inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE/RJ, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015, em especial no que se refere ao subitem 4.14;

4.6.1.6 - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);

4.6.1.7 - Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

4.6.1.8 - Decreto-Lei nº 230/75, regulamentado pelo Decreto 480/1975 do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

4.6.1.9 - Lei nº. 12.305/2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.6.1.10 - Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.6.1.11 - Lei nº. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

4.6.1.12 - Resolução TSE nº. 23.650/2021, institui a política geral de privacidade e proteção de dados pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral.

4.6.1.13 - Resolução TSE nº. 23.702/2022, dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral

4.7 – Vistoria prévia dos imóveis:

4.7.1 - As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos imóveis, no horário do expediente regular, mediante agendamento prévio com a Seção de Administração de Edifícios (SEAEDI), situada na Rua da Alfândega, 41, 9º andar, Centro, telefones: (21) 3436-8205 e 3436-8206, e-mail: seaedi@tre-rj.jus.br.

4.7.2 - A empresa que não vistoriar os imóveis assumirá todo o ônus referente ao desconhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer falta de informação posterior para a realização efetiva do serviço.

4.7.3 - O licitante vencedor deverá apresentar declaração atestando possuir pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

4.8 – Habilitação Técnica:

Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante vencedor deverá apresentar:

4.8.1 - Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

4.8.1.1 - Os atestados deverão comprovar que a empresa licitante tenha executado serviços compatíveis com os especificados neste Termo de Referência minimamente em 50% da área total estimada (2.963,5 m²) ou 50% da quantidade de imóveis (14 imóveis) que compõem o respectivo item, conforme subitem 5.3.1.

4.8.1.2 - Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

4.8.1.3 - Será aceito, para comprovação do quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.8.1.4 - O pregoeiro poderá solicitar, relativamente aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante, a apresentação das respectivas Notas Fiscais e dos Comprovantes de Execução dos Serviços (CES), cuja obrigatoriedade é imposta por meio da Resolução ANVISA RDC nº. 622/2022.

4.8.1.5 - Os licitantes deverão disponibilizar, mediante exigência por parte do pregoeiro, todas as informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

4.8.2 - Licença ou certificado ambiental, que deverá ser expedido pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro;

4.8.3 - Licença ou certificado sanitário válido, expedido pela autoridade sanitária competente do município em que está estabelecida a empresa licitante ou, no caso da inexistência de autoridade sanitária local, pela autoridade sanitária competente do estado do Rio de Janeiro;

4.8.3.1 - Quando não for comprovadamente possível obter o certificado ou licença sanitária perante autoridade competente da localidade do licitante ou do Estado do Rio de Janeiro, o licitante deverá apresentar declaração que informe tal situação, podendo o pregoeiro realizar diligências que confirmem a veracidade das informações.

4.8.4 - Registro/inscrição da empresa junto ao conselho profissional correspondente do seu responsável técnico, em vigor.

4.8.5 - Carteira de identidade profissional do responsável técnico expedida pelo respectivo conselho profissional e comprovante de regularidade da respectiva inscrição.

4.9 - **Habilitação Econômico-Financeira:**

Para fins de comprovação da aptidão econômico-financeira, o licitante vencedor deverá apresentar:

4.9.1 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.9.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, que comprovem:

4.9.2.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) ou, alternativamente, Patrimônio Líquido de 10 % do valor estimado da contratação;

4.9.2.2 - Fórmula dos índices contábeis:

4.9.2.2.1 - $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

4.9.2.2.2 - $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

4.9.2.2.3 - $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

4.9.2.3 - Deverá ser apresentada declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices acima exigidos.

4.9.3 - Os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira definidos neste Termo de Referência visam resguardar o cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação, em atendimento ao disposto nos arts. 67 e 69 da Lei nº. 14.133/2021 e às recomendações constantes no Acórdão TCU nº. 1214/2013 - Plenário.

4.10 - **Unidade de Medida:** metro quadrado (m²).

4.11 - **Obrigações da Contratada:**

4.11.1 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

4.11.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas durante o processo licitatório, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.11.3 - Assumir todas as responsabilidades relativas aos seus empregados e tomar as medidas necessárias ao atendimento daqueles porventura acidentados ou acometidos de mal súbito.

4.11.4 - Fornecer todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive os de proteção individual (EPI) para os funcionários.

4.11.5 - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante.

4.11.6 - Observar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

4.11.7 - Providenciar a limpeza dos locais, após a realização dos serviços, restabelecendo suas condições prévias.

4.11.8 - As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

4.11.9 - Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

4.11.10 - São de responsabilidade da contratada todos os impostos, taxas, licenças e registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

4.11.11 - Fica vedada a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para terceiros ou outros profissionais ou ainda a subcontratação do serviço.

4.11.12 - Não divulgar ou fornecer dados ou informações obtidas em razão deste contrato, e nem utilizar o nome do TRE/RJ para fins comerciais, campanhas ou material de publicidade, salvo quando houver autorização prévia.

4.11.13 - Autorizar à Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto, em atendimento ao disposto na Lei nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e Resolução TSE nº. 23.650/2021.

4.11.14 - Comunicar à Contratante, em até vinte e quatro (24) horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

4.11.15 - Devem ser observadas ainda as obrigações constantes do subitem 6.3.1.

4.12 - Obrigações da Contratante:

4.12.1 - Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidores especialmente designados.

4.12.2 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho.

4.12.3 - Permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para a execução dos serviços.

4.12.4 - Comunicar à contratada as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

4.13 - Obrigações Comuns das Partes:

4.13.1 - As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e da Resolução TSE nº. 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção de dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.13.2 - As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial dos dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e na Resolução TSE nº. 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa Eletrônica/instrumento contratual.

4.13.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual, por inobservância da LGPD e da Resolução TSE nº. 23.650/2021.

4.14 - Critérios de Sustentabilidade aplicáveis à Contratada:

A contratada deve observar as orientações e recomendações contidas no item 38 do Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015:

4.14.1 - Executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC Anvisa nº 622/2022, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

4.14.2 - Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, comprovando a destinação final ambientalmente adequada, quando solicitado pela fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº. 12.305/10.

4.14.3 - Os produtos utilizados pela contratada deverão obrigatoriamente ter as seguintes características:

4.14.3.1 - Não causarem manchas.

4.14.3.2 - Serem antialérgicos.

4.14.3.3 - Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação.

4.14.3.4 - Serem inofensivos à saúde humana.

4.14.3.5 - Serem permitidos pela Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

4.14.3.6 - Não serem nocivos às plantas e peixes, no caso de aplicação nos espelhos d'água para combate às larvas diversas.

4.14.3.7 - Não serem nocivos às plantas, no caso de aplicação nos canteiros, árvores e gramados.

4.14.4 - Os produtos utilizados deverão, também, ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente e, nas situações em que couber, apresentarem a inscrição e regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1 - Duração do contrato, período de vigência e início da execução dos serviços:

5.1.1 - O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, com início previsto para 01/09/2026 e término previsto para 31/08/2028, podendo o mesmo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do artigo 107 da Lei nº. 14.133/2021.

5.1.2 - Caso não seja possível dar início à vigência conforme previsão disposta no item 5.1.1, esta deverá obrigatoriamente iniciar no primeiro dia útil do mês subsequente ao da homologação do certame, de forma a tornar mais inteligíveis e viáveis a logística de execução dos serviços, por parte da contratada e a definição dos ciclos mensais de monitoramento e das ações de gestão e fiscalização contratuais, por parte da contratante.

5.1.3 - Independentemente da data de assinatura e/ou início de vigência do contrato, fica estabelecido que sua execução se dará, obrigatoriamente, em 24 (vinte e quatro) ciclos mensais.

5.1.4 - Entre a assinatura do contrato e o início de sua vigência recomenda-se um intervalo de dez (10) a quinze (15) dias, de forma a possibilitar a adoção de providências referentes à sua implementação.

5.1.5 - Não haverá cronograma para implantação gradual do serviço, considerando que a totalidade de unidades imobiliárias deverão ser contempladas já no primeiro mês de execução.

5.2 – Execução dos Serviços:

5.2.1 - A contratada deverá realizar obrigatória e minimamente 4 (quatro) aplicações no período de vigência contratual, com intervalo de 6 (seis) meses entre elas, sendo a primeira aplicação no primeiro mês, a segunda no sétimo mês, a terceira no décimo terceiro mês e a quarta no décimo nono mês. As aplicações deverão contemplar os serviços corretivos e/ou preventivos de desinsetização, descupinização e desratização, conforme descritos no item III.

5.2.2 - Os serviços da primeira aplicação obrigatória serão executados pela contratada obedecendo prévio cronograma que será apresentado à fiscalização da contratante em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual iniciará as providências para o agendamento das datas junto às unidades.

5.2.3 - As demais aplicações obrigatórias serão precedidas de novos cronogramas, que deverão ser apresentados pela contratada até o dia 20 do mês anterior ao da execução. O cronograma será enviado para a fiscalização do contrato, a qual procederá junto às unidades contempladas o agendamento das datas para a execução dos serviços.

5.2.4 - O monitoramento mensal será obrigatoriamente realizado em todos os 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, com a presença física dos funcionários da contratada, abrangerá a totalidade dos imóveis e também será precedido de cronograma mensal de vistoria, o qual deverá ser apresentado para o fiscal do contrato até o dia 20 do mês anterior ao da execução, no intuito de possibilitar o agendamento junto às diversas unidades.

5.2.4.1. Durante as etapas de monitoramento, verificada a necessidade de intervenções e aplicações para o combate e controle de pragas e vetores, deverá a contratada adotar as ações pontuais necessárias e tecnicamente adequadas a cada caso, preferencialmente na mesma ocasião da constatação, sem qualquer ônus adicional para a contratante.

5.2.4.2. Nos primeiro, sétimo, décimo terceiro e décimo nono meses de vigência, a contratada poderá elaborar cronograma único contemplando a aplicação obrigatória e o monitoramento, considerando que as duas ações podem ser executadas conjunta e concomitantemente, em visita única a cada um dos locais.

5.2.5 - Na elaboração e análise dos cronogramas deverá ser observado o que consta no item 5.5.

5.2.6 - A contratada executará cada etapa dos serviços fixados nos cronogramas aprovados pela fiscalização, devendo iniciar e concluir as respectivas ações dentro do mês de referência.

5.2.7 - A contratada poderá solicitar, por escrito e justificadamente, a alteração do cronograma, desde que respeitado o prazo de execução definido no item anterior e com antecedência suficiente para análise por parte da fiscalização do contrato.

5.2.8 - O pedido de alteração será analisado livremente pela fiscalização do contrato, podendo ser deferido ou negado em conformidade com as necessidades da Administração.

5.2.9 - A contratada efetuará um combate eficaz para prevenção e extermínio completo das pragas, devendo utilizar o melhor e mais adequado tratamento disponível no mercado, de acordo com o tipo de infestação em cada área.

5.2.10 - Todos os serviços deverão abranger as áreas internas e externas em sua totalidade, tais como edículas, salas, escritórios, auditórios, arquivos, almoxarifados, depósitos (inclusive de urnas), forros, porões, sótãos, assoalhos, mezaninos, lajes, madeiras em geral, madeiramento do telhado, portais, beirais, janelas, mobiliário, vãos, ralos, bueiros, subsolo, quintais, jardins, canteiros, estacionamentos e demais locais infestados ou não, atuando a empresa de forma corretiva e preventiva, tendo o cuidado especialmente com os quadros de luz e fiação para não provocar incêndio e com os reservatórios de água para evitar contaminação.

5.2.11 - Nas hipóteses de infestação por cupins, a contratada deverá executar obrigatoriamente ação eficaz de combate à praga, consistente nos seguintes procedimentos:

5.2.11.1 - Para os cupins de madeira seca a empresa deverá aplicar injeções e/ou pulverizações de inseticida líquido em móveis e madeiramento das unidades administrativas ou eleitorais, como portas, janelas, esquadrias, telhado, forro, piso etc;

5.2.11.2 - Para cupins subterrâneos (de solo) a empresa deverá utilizar sistema de iscagem ou aplicar barreira química (cinturão) ao redor da edificação ou área, ou, ainda, utilizar técnica comprovadamente mais eficiente.

5.2.11.3 - A presente contratação contempla também o controle e combate às infestações em ambientes destinados à guarda e armazenamento de materiais, documentos e afins (processos, papel, papelão, etc), no entanto não compreende a aplicação de produtos diretamente nos documentos e papéis, considerando a probabilidade de danos aos mesmos e por não se tratar de contratação específica para atender tal demanda, que deve ser suprida no âmbito da gestão documental.

5.2.11.4 - Qualquer tipo de intervenção que implique na perfuração de mobiliário, madeiramento, alvenaria, etc, conforme previsto nos subitens anteriores, deverá ser precedida de autorização do chefe da unidade detentora do bem e/ou do fiscal do contrato.

5.2.11.5 - Todo e qualquer mobiliário ou documento que necessite de tratamento externo, a critério da contratada, somente poderá ser retirado das dependências do TRE/RJ após a autorização do servidor responsável pela guarda do respectivo bem ou documento e da fiscalização do contrato. Nesses casos, a operação de retirada e devolução, bem como os custos envolvidos, correrão por conta da contratada.

5.2.12 - Os produtos raticidas, preferencialmente em blocos ou alternativamente granulados, quando tecnicamente recomendado, deverão ser dispostos em dispositivos apropriados, do tipo "porta iscas", sendo terminantemente vedada sua utilização em embalagens inadequadas ou espalhados nos ambientes dos imóveis, seja nas áreas internas ou externas, visando à proteção e preservação da saúde humana e de outros animais.

5.2.12.1 - Os dispositivos "porta iscas" deverão ser utilizados em todos os imóveis, na quantidade e distribuição tecnicamente adequadas, excetuando-se as hipóteses de contraindicação técnica, devidamente justificada pela contratada.

5.2.12.2 - Quando não for possível ou justificadamente não indicada a utilização do “porta iscas”, nos casos da necessidade de colocação dos produtos em ralos, bueiros, shafts, dutos, vãos e similares, poderão os blocos ser afixados por meio de abraçadeiras de nylon ou arame, desde que não ofereça riscos a pessoas e/ou outros animais.

5.2.13 – Os produtos para combate a insetos em geral, especialmente baratas, quando aplicados em áreas internas de trabalho (escritórios, gabinetes, auditórios, alojamentos etc), copas, cozinhas e similares deverão ser preferencialmente em forma de gel. Quando tratar-se de áreas externas, áreas sem circulação de pessoas e ralos/bueiros, poderão ser utilizados produtos no estado líquido.

5.2.14 - Os funcionários da contratada deverão comparecer ao local designado portando o “Certificado de Execução do Serviço - CES” devidamente preenchido, contendo o endereço da unidade, data e horário de entrada e saída, identificação e quantidade/volume dos produtos utilizados, dentre outras informações conforme campos do documento. Após a conclusão dos serviços, o documento deverá ser datado, assinado e carimbado pelo chefe da unidade. Na ausência do chefe, o documento deverá ser assinado e carimbado por seu substituto e, em último caso, por outro servidor lotado na unidade.

5.2.15 - A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança adequados e necessários para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, exercendo a fiscalização sobre sua utilização.

5.2.16 - A comunicação entre as partes será realizada preferencialmente por correio eletrônico. Não sendo possível a comunicação por correio eletrônico, essa poderá ser realizada por meio de contato telefônico, aplicativo de mensagens ou pessoalmente.

5.3 - Locais de realização dos serviços:

Os serviços serão inicialmente prestados nos seguintes locais, sempre de forma presencial, sujeitos às alterações imobiliárias previstas no subitem 5.4:

5.3.1 - ITEM ÚNICO - REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE (imóveis atualmente em uso):

ITEM	LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO	ÁREA (m²)
1	BOM JARDIM	42ª ZE	Rua Nilo Peçanha, 347, Centro, Bom Jardim/RJ	90
2	BOM JESUS DO ITABAPOANA	95ª ZE	Rua Expedicionário Paulo Moreira, 67, 1º pavimento, antigo Fórum, Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ	212
3	CACHOEIRAS DE MACACU	49ª ZE	Rua Dalmo Coelho Gomes, 1, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Betel, Cachoeiras de Macacu/RJ	111
4	CAMBUCI	97ª ZE	Rua Maria Jacob, 134, anexo, bloco 3,	60

			Edifício do Fórum, Centro, Cambuci/RJ	
5	CAMPOS DOS GOYTACAZES	75ª, 76ª, 98ª e 129ª ZEs	Avenida Dr. Alberto Torres, 81 esquina com Avenida Hélio Póvoa, 44, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ	1788
6	CANTAGALO	101ª ZE	Rua Olívia Teixeira da Silva, 85, Centro, Cantagalo/RJ	85
7	CARMO	102ª ZE	Rua Abreu Magalhães, 236, loja, Centro, Carmo/RJ	213
8	CONCEIÇÃO DE MACABU	51ª ZE	Rua Fued Antonio, 8, anexo ao Edifício do Fórum, Centro, Conceição de Macabu/RJ	58
9	CORDEIRO	52ª ZE	Av. Raul Veiga, 157, Edifício do Fórum, Centro	37
10	GUAPIMIRIM	149ª ZE	Estrada do Bananal, 2336, lojas 1 e 2, Bananal, Guapimirim/RJ	89
11	ITALVA	141ª ZE	Rua Aristides Gonçalves de Souza, 74, térreo, lojas 1 e 2, São Caetano, Italva/RJ	76
12	ITAOCARA	106ª ZE	Rua Joaquim Soares Monteiro (Rua Amaro) nº200, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Jardim D'Aldeia, Itaocara/RJ	147
13	ITAPERUNA	107ª ZE	Av. Cardoso Moreira, 485, fundos, Centro, Itaperuna/RJ	436
14	MIRACEMA	112ª ZE	Av. Deputado Luiz Fernando Linhares, 1020, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Boa Vista	173
15	NATIVIDADE	43ª ZE	Rua Vigário João Batista, 14, Edifício do Fórum, Centro, Natividade/RJ	84
16	NOVA FRIBURGO	26ª e 222ª ZEs	Praça Getúlio Vargas, 89/95 (antigo Fórum), Centro, Nova Friburgo/RJ	184
17	PETRÓPOLIS	65ª ZE	Estrada União e Indústria,	104

			11860/11960, salas 4, 8 e depósito, Itaipava, Petrópolis/RJ	
18	PETRÓPOLIS	29ª ZE	Av. Barão do Rio Branco, 2001, 1º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, Petrópolis/RJ	233
19	PORCIÚNCULA	45ª ZE	Acessos pela Rua Prefeito Sinval Augusto Ferreira da Silva, 151, térreo, loja 03 e Rua Prefeito Sebastião Rodrigues França, 100, Centro, Porciúncula/RJ	59
20	QUISSAMÃ	255ª ZE	Estrada do Correio Imperial, 1003, Edifício do Fórum, Piteiras	56
21	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	34ª ZE	Av. João Jasbick, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, bairro Dezesete, Santo Antônio de Pádua/RJ	103
22	SÃO FIDÉLIS	35ª ZE	Praça da Justiça, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, São Fidélis/RJ	162
23	SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA	130ª ZE	Rodovia Afonso Celso, s/nº, Edifício do Fórum, Praça dos Três Poderes, Centro, São Francisco do Itabapoana/RJ	55
24	SÃO JOÃO DA BARRA	37ª ZE	Rua São Benedito, 199, 1º e 2º pavimentos, Centro, São João da Barra/RJ	132
25	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	196ª ZE	Rua Senhor dos Passos, 37, Edifício do Fórum, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ	25
26	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	60ª ZE	Rua João Luiz Daflon, 65, Centro, São Sebastião do Alto/RJ	120
27	SUMIDOURO	64ª ZE	Rua José de Alencar, 1136, lojas 01 e 02, Centro, Sumidouro/RJ	115
28	TERESÓPOLIS	38ª e 195ª ZEs	Rua Carmela Dutra, 678, Agriões, Teresópolis/RJ	381
ÁREA TOTAL ATUAL DOS IMÓVEIS				5.388

MARGEM RESERVADA PARA EVENTUAIS ALTERAÇÕES IMOBILIÁRIAS (ACRÉSCIMOS) PREVISTAS NO ITEM 5.4, equivalente a 10 % da área total atual (com arredondamento relativo à casa decimal)	10% de 5.388 = 539
ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA	5.388 + 539 = <u>5.927 m²</u>

5.4 - Alterações Imobiliárias:

5.4.1 - Durante a vigência contratual poderá haver acréscimo ou decréscimo nas áreas dos imóveis, bem como alteração, exclusão e/ou inclusão de imóveis, permanecendo inalterado o preço do serviço contratado, por metro quadrado, para todas localidades (municípios/bairros) que integram o item único, cujos municípios encontram-se devidamente discriminados no subitem 5.4.8.

5.4.2 - Ocorrendo alteração na área das unidades, bem como a inclusão ou alteração da localização das unidades eleitorais, será efetuada nova medição, com vistas à promoção das adequações necessárias à contratação.

5.4.3 - Na ocorrência das alterações imobiliárias por parte da contratante, a contratada será informada da alteração da área do imóvel, podendo contestar no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da comunicação. Caso a contratada não apresente a contestação, a medição realizada pela contratante será válida para os fins contratuais.

5.4.4 - Definidas as alterações, a contratada deverá registrar imediatamente os dados referentes à nova situação imobiliária, de forma a adequar o cronograma e a realização dos serviços, a partir do próximo mês de execução.

5.4.5 - A realização de vistoria por parte da contratada, para fins de verificação da área, implicará na obrigatoriedade de apresentação de declaração com a medição apurada pela empresa.

5.4.6 - O não comparecimento da contratada, no dia e horário agendados para a vistoria, implicará na aceitação da medição do imóvel informada pelo TRE/RJ, a qual será utilizada na presente contratação.

5.4.7 - Caso a medição da área do imóvel realizada pela contratada divirja da apurada pela Administração, a empresa será instada a comprovar a metragem quadrada apurada.

5.4.8 - Fica estabelecido, para efeito da presente contratação, que o item único do objeto contratual é denominado "Regiões Norte e Centro/Norte", e é composto pelos seguintes municípios, os quais poderão ou não constar do rol inicial (subitem 5.3.1) ou ainda serem incluídos ou suprimidos durante a vigência contratual, conforme circunstâncias, necessidade e conveniência da contratante, devidamente justificada em função da ocorrência de eventuais alterações imobiliárias ou outras variáveis:

5.4.8.1 - Municípios que integram as Regiões Norte e Centro/Norte (Item Único):

Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macuco, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Petrópolis, Porciúncula, Quissamã, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Varre-Sai.

5.4.9 - Para a implementação das eventuais alterações contratuais foi definido o percentual de 10% (dez por cento) da área atualmente ocupada pelos imóveis em uso pelo Contratante nas Regiões Norte e Centro/Norte.

5.4.10 - A nomenclatura e composição das regiões geográficas adotadas é válida exclusivamente para a presente contratação, não se vinculando à divisão geográfica adotada pelo IBGE ou qualquer outra existente ou que venha a ser criada.

5.4.11 - Na eventualidade de as alterações imobiliárias acarretarem em acréscimos quantitativos que ultrapassem a área total máxima contratada para item único do objeto contratual, estas deverão ser objeto de aditamento contratual, respeitados os limites da legislação em vigor.

5.5 – Dias e horários de realização dos serviços:

5.5.1 - Os serviços de monitoramento e os que compreendam a aplicação de produtos inofensivos à saúde humana deverão ser realizados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente regular das unidades.

5.5.1.1 – O horário regular de expediente e funcionamento das unidades do TRE/RJ é de 11:00 às 19:00 horas, sujeito a eventuais exceções e alterações determinadas pela Administração.

5.5.1.2 – Na elaboração dos cronogramas de execução dos serviços deverão ser observados os feriados, pontos facultativos e recessos nacionais, estaduais, municipais, do Poder Judiciário Federal e do TRE/RJ. Quaisquer dúvidas deverão ser sanadas junto ao fiscal do contrato.

5.5.2 - No interesse da contratante, excepcional e pontualmente poderão ser definidos dias e horários diversos dos acima estipulados, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

5.5.3 - Na hipótese excepcional e devidamente justificada de necessidade e indicação técnica para utilização de produtos que possam ocasionar qualquer risco e/ou dano à saúde humana, estes deverão ser aplicados, preferencialmente, no final do expediente da unidade, em horário noturno, finais de semana ou feriados, respeitando o tempo de dispersão do produto, para evitar risco de contaminações e/ou intoxicações.

5.5.4 - Inclui-se nas hipóteses acima de execução dos serviços em horários alternativos, a recomendação emanada de médico do quadro funcional ou a serviço do TRE/RJ, em virtude das propriedades e efeitos dos produtos utilizados.

5.6 – Comprovantes e Garantia dos Serviços:

5.6.1 - Todos os serviços prestados pela contratada, bem como suas reaplicações e reforços, terão garantia de seis (06) meses, contados da data de sua última aplicação ou monitoramento.

5.6.2 - Durante o período de garantia dos serviços a contratada estará obrigada a realizar assistência técnica corretiva, quando solicitada pela fiscalização do contrato, que consistirá em rever instalações, removendo todos os focos e indícios de infestação das pragas. Deverá ser realizada por técnico(s) especializado(s) da contratada e sem qualquer custo adicional para o TRE-RJ.

5.6.3 - A prestação do serviço em garantia deverá ser concluída no prazo máximo de cinco (05) dias úteis contados da data de cada solicitação.

5.6.4 - Os serviços de assistência técnica corretiva serão prestados com o fornecimento, pela contratada, de todo o material e mão-de-obra necessários para a execução do objeto da licitação.

5.6.5 - Completada a intervenção mensal nas unidades constantes do correspondente cronograma aprovado, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato, por e-mail, até o primeiro dia útil do mês posterior à execução dos serviços, as cópias dos "Comprovantes de Execução dos Serviços (CES)" devidamente assinados, nos quais deverão constar minimamente as seguintes informações, em conformidade com o disposto no Art. 19 da Resolução Anvisa RDC 622/2022:

5.6.5.1 - nome do cliente;

5.6.5.2 - endereço do imóvel;

5.6.5.3 - praga(s) alvo;

5.6.5.4 - data de execução dos serviços;

5.6.5.5 - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, do serviço por praga alvo;

5.6.5.6 - grupo químico do produto eventualmente utilizado;

5.6.5.7 - nome e concentração do uso do produto eventualmente utilizado;

5.6.5.8 - nome do responsável técnico com o número de seu registro no Conselho profissional correspondente;

5.6.5.9 - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;

5.6.5.10 - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade;

5.6.5.11 - orientações pertinentes ao serviço executado.

5.6.6 - A cada unidade imobiliária discriminada na coluna "Unidade Imobiliária" da tabela constante do subitem 5.3.1 corresponderá um comprovante de realização dos serviços, considerando que em diversos imóveis há duas ou mais unidades autônomas.

5.6.7 - A contratada deverá encaminhar à fiscalização, juntamente com os Comprovantes de Execução dos Serviços (CES), um Certificado de Garantia, no qual deverá constar a identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverão constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

5.6.8 - Após cada intervenção (preventiva ou corretiva) a contratada deverá apresentar recomendações por escrito para a fiscalização visando atenuar e/ou prevenir as causas de possíveis infestações que serão transmitidas aos usuários das unidades.

5.6.9 - Após a realização do serviço, a contratada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença do INEA, nos termos do art. 24 da Lei RJ nº.7806/2017.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “F”, da Lei 14.133/2021)

6.1 - Agentes que participarão da gestão e fiscalização do contrato:

6.1.1 - Gestores e Fiscais do Contrato:

6.1.1.1 - Gestor Titular do Contrato - Chefe da Seção de Administração de Edifícios (SEAEDI)

6.1.1.2 - Gestor Substituto do Contrato: Coordenador de Serviços Gerais (COSEG);

6.1.1.3 - Fiscal Titular do Contrato: Raquel Ribeiro Limeira da Silva (SEAEDI);

6.1.1.4 - Fiscal Substituto do Contrato: Carlos Henrique Pereira Barbosa (SEAEDI);

6.1.1.5 - Fiscal Técnico: Não haverá;

6.1.1.6 - Fiscal Administrativo: Não se aplica;

6.1.1.7 - Fiscais Auxiliares titulares: José Cláudio Laje Soido (COSEG - Nuad/CAJU) e Chefes titulares das Zonas Eleitorais.

6.1.1.8 - Fiscais auxiliares substitutos: Chefes substitutos das Zonas Eleitorais e, na sua eventual ausência, servidores lotados na Zona Eleitoral.

6.1.2 - Preposto:

6.1.2.1 - Após a assinatura do contrato, a contratada deverá indicar preposto, por meio de carta, informando seu nome completo, números de telefone, endereço e e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre a contratante e a contratada. Os dados solicitados deverão ser enviados à Seção de Administração de Edifícios, para o e-mail "seaedi@tre-rj.jus.br".

6.1.2.1.1 - O preposto deverá estar acessível ao contratante, por intermédio de telefones fixos e/ou celulares.

6.1.2.1.2 - Caso haja dificuldade na comunicação com o preposto, a contratada deverá nomear, imediatamente, novo preposto, apto a tomar todas as decisões necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

6.1.2.2 - A contratada deverá informar previamente à fiscalização do contrato a necessidade de mudança das indicações contidas no subitem anterior, de forma a não haver interrupção na comunicação entre as partes. Em casos imprevisíveis, a comunicação deverá ser efetuada imediatamente após a constatação da ocorrência.

6.1.2.3 - O preposto não importará em ônus adicional ao TRE-RJ.

6.1.2.4 - O preposto deverá ter capacidade para gerenciamento administrativo e técnico visando agilizar os contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato, emissão de relatórios e orçamentos que forem solicitados pelo contratante.

6.1.2.5 - Não é obrigatória a permanência do preposto no local da prestação do serviço, salvo quando demandado pela contratante.

6.1.2.6 - O preposto deverá comparecer às instalações da Contratante sempre que solicitado, em tempo hábil para tratar com o fiscal ou gestor do contrato, exclusivamente, de assuntos técnicos e administrativos referentes ao contrato.

6.1.2.7 - A contratante fixará o prazo para o comparecimento do preposto, quando solicitada a sua presença, o qual não será inferior a vinte e quatro (24) horas.

6.1.2.8 - O preposto da contratada deverá providenciar todas as documentações solicitadas pela fiscalização, relacionadas à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais.

6.2 - Comunicação entre os agentes:

6.2.1 - Os meios de comunicação adotados serão telefone, e-mail, aplicativo de mensagens e contato presencial. As comunicações relevantes serão registradas e inseridas no processo de fiscalização. Os documentos necessários para instruir os pagamentos mensais deverão ser enviados, preferencialmente por e-mail e no formato PDF.

6.2.2 - Após a assinatura do contrato e para dar início à execução do ajuste, será promovida reunião inaugural entre os representantes da contratante e da contratada, devidamente registrada em Ata, para orientação e esclarecimento de eventuais dúvidas, sem prejuízo da realização de reuniões periódicas, visando à garantia da qualidade da execução do contrato e aos respectivos resultados esperados.

6.3 - Critérios e metodologia de fiscalização:

6.3.1 - Obrigações da Contratada:

6.3.1.2 - Implantar, de forma adequada, o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

6.3.1.3 - Alocar na prestação dos serviços profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, asseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

6.3.1.4 - Manter a disciplina nos locais dos serviços, e responsabilizar-se pelo seu cumprimento, por parte de seus empregados, em conformidade com as normas disciplinares determinadas pela contratada.

6.3.1.5 - Substituir qualquer empregado cujo comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços, contrário ao interesse do serviço público, ou que embaraçar ou dificultar a fiscalização, no prazo máximo de 48 horas a contar da ciência do comportamento do prestador pela contratada.

6.3.1.6 - Todos os serviços que coloquem em risco o patrimônio do Tribunal deverão ser precedidos de proteção adequada, conforme cada caso específico. Caso necessário, a contratada deverá providenciar o remanejamento dos bens para local protegido indicado pela fiscalização e o seu retorno ao final dos serviços em cada área.

6.3.1.7 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução de contrato.

6.3.1.8 - Apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais, devendo apresentar ao TRE/RJ as certidões de regularidade com o INSS e o FGTS e demais certidões solicitadas.

6.3.1.9 - Devem ser observadas ainda as obrigações constantes no subitem 4.11.

6.3.2 - Competências dos Agentes da Administração

6.3.2.1 - As metodologias de gestão e fiscalização do contrato estão definidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Instrução Normativa da Presidência nº. 3 de 18/11/2021) que se encontra disponível no site do TRE-RJ.

6.3.2.2 - Durante a vigência deste contrato, a execução dos serviços será acompanhada, controlada, avaliada e fiscalizada por representantes da contratante.

6.3.2.3 - Não obstante a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma se restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

6.3.2.4 - As decisões e providências que excederem a competência dos representantes serão solicitadas, por escrito, a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes

6.3.2.5 - Compete ao fiscal de execução do contrato:

6.3.2.5.1 - Proceder à abertura dos processos de fiscalização de execução contratual e de pagamento dos serviços, dando ciência ao gestor;

6.3.2.5.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

6.3.2.5.3 - Realizar a medição quantitativa dos serviços e encaminhar a respectiva planilha à contratada;

6.3.2.5.4 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados, conforme IMR descritos no subitem 6.3.3 deste Termo de Referência, aplicando as glosas correspondentes no caso de falhas e encaminhar o resultado da apuração à contratada, juntamente com a planilha de medição dos serviços;

6.3.2.5.5 - Notificar a contratada sobre eventuais falhas na execução, fixando prazo para as respectivas correções;

6.3.2.5.6 - Decidir sobre pedido de reconsideração de apuração de IMR apresentado pela contratada;

6.3.2.5.7 - Emitir o documento de recebimento provisório dos serviços;

6.3.2.5.8 - Auxiliar o gestor do contrato conforme previsto no item 6.3.2.7.8.

6.3.2.6 - Compete ao fiscal auxiliar do contrato:

6.3.2.6.1 - auxiliar e representar no âmbito da respectiva unidade imobiliária, o fiscal de execução e o gestor no acompanhamento da execução contratual nos aspectos técnicos e administrativos, prestando todo o suporte e informações necessárias e reportando àqueles qualquer ocorrência ou fato relevante;

6.3.2.6.2 - observar mensalmente a publicação do Aviso SSG na intranet, contendo orientações e os cronogramas de execução dos serviços;

6.3.2.6.3 - franquear o acesso dos funcionários da contratada a todas as dependências (internas e externas) da unidade sob sua responsabilidade, nos dias agendados, informando-os acerca da efetiva ou provável presença de insetos, roedores e outras pragas, acompanhando a execução dos serviços e exigindo a realização de ações efetivas de combate e controle;

6.3.2.6.4 - assinar o comprovante de execução dos serviços (CES) apresentado pela contratada, seja referente à aplicação obrigatória ou monitoramento, e manter afixada em local visível a via destinada à contratante;

6.3.2.6.5 - apresentar demandas específicas (desinsetização, desratização ou descupinização) à unidade SEAEDI, por meio do sistema CONSEG ou outro que eventualmente venha a substituí-lo.

6.3.2.7 - Compete ao gestor do contrato:

6.3.2.7.1 - Coordenar as atividades relacionadas à gestão e fiscalização do contrato;

6.3.2.7.2 - Propor prorrogação, alteração, instauração de procedimento de apuração de responsabilidade, extinção dos contratos, dentre outros;

6.3.2.7.3 - Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, emitindo as respectivas certidões;

6.3.2.7.4 - Emitir o documento de recebimento definitivo dos serviços;

6.3.2.7.5 - Solicitar à contratada a emissão das notas fiscais;

6.3.2.7.6 - Atestar a nota fiscal;

6.3.2.7.7 - Apreciar recurso interposto pela contratada quanto à medição ou à decisão da fiscalização de aplicação de glosa;

6.3.2.7.8 - O gestor contará com o auxílio do fiscal de execução para o desempenho de suas funções, especialmente em relação às previstas nos subitens 6.3.2.6.3, 6.3.2.6.4 e 6.3.2.6.5.

6.3.3 - Instrumentos para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços:

6.3.3.1 - Entende-se como INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR o ajuste escrito entre a contratada e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, elaborado com o objetivo de garantir a prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, não se confundindo com aplicação de penalidade.

6.3.3.2 - Trata-se, portanto, de procedimento destinado a alinhar o valor do contrato à qualidade do serviço prestado.

6.3.3.3 - Sua implementação será realizada mediante a definição de situações que caracterizem os níveis de qualidade pactuados para o serviço, e atribuição de respectivos descontos sob a fatura (glosas) na hipótese dos serviços não serem prestados conforme a qualidade pactuada.

6.3.3.4 - Para a presente contratação, o nível de qualidade dos serviços prestados será medido em função dos elementos descritos na tabela a seguir:

Nº	INDICADOR	PRAZO MÁXIMO
1	Realização do serviço dentro do prazo de execução (cumprimento dos cronogramas mensais)	Último dia útil do mês de referência

6.3.3.5 - Para manter os níveis de qualidade, disponibilidade e desempenho adequados dos serviços contratados, a contratada deverá considerar as metas descritas a seguir:

INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO			
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	META EXIGIDA	GLOSA
Índice de pontualidade no atendimento	= (Total de atendimentos feitos com pontualidade / total de atendimentos realizados em cada pedido faturado) x 100	= 100%	2,5%

6.3.3.6 - O descumprimento dos indicadores implicará na aplicação de glosa sobre a respectiva fatura dos serviços, conforme discriminado na tabela acima, de forma a promover a remuneração proporcional à qualidade do serviço prestado.

6.3.3.7 - A fiscalização do contrato realizará a aferição e avaliação dos indicadores de disponibilidade de serviço, informando sobre eventuais valores a serem glosados na ocasião do encaminhamento da nota fiscal.

6.3.3.8 - Qualquer indicador que tenha sido comprovadamente influenciado negativamente por problemas causados pelo contratante ou por evento associado a caso fortuito ou força maior não ensejará ajustes no pagamento.

6.3.3.9 - As medições dos indicadores serão realizadas imediatamente após o final de cada mês de competência de prestação de serviço.

6.3.3.10 - Pelo descumprimento das metas exigidas na tabela de indicadores serão aplicados os percentuais de glosa, discriminados na última coluna, ao valor total da nota fiscal de prestação de serviços.

6.3.3.11 - O descumprimento da meta prevista nos indicadores somente será apurado observados os limites a seguir descritos, após o que o fato será apurado como infração contratual:

ITEM	INDICADOR	LIMITE
1	Índice de pontualidade no atendimento	Um (01) dia útil de atraso
2	Índice de pontualidade no atendimento	Mais de duas (02) ocorrências de atrasos no mesmo mês de execução, em localidades distintas.

6.3.3.12 - Poderão ser aplicadas glosas cumulativas se houver o descumprimento de mais de uma meta da tabela de indicadores.

6.3.3.13 - A contar da ciência de eventual descumprimento de indicadores, a empresa poderá apresentar pedido de reconsideração no prazo de cinco (05) dias, o qual será analisado pela fiscalização do contrato, e, em sendo deferido, será realizado, simultaneamente ao pagamento da fatura subsequente, o pagamento complementar referente ao valor glosado.

6.3.3.14 - O ressarcimento da referida glosa contestada ocorrerá conforme a decisão final da Administração sobre a validade ou não da mesma.

6.3.3.15 - A aplicação das glosas não impede o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços, nem impede a aplicação das penalidades previstas legal e contratualmente.

6.4 - Das situações passíveis de aplicação de multa:

6.4.1 As situações que ensejam aplicação de multa estão descritas nos subitens 6.4.2 e 6.4.3, aos quais corresponderão valores de multa em percentuais do valor mensal do contrato, conforme tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (% sobre o valor mensal do contrato)
1	0,5 a 2 %
2	3 a 5 %
3	6 a 10 %
4	20,00%
5	30,00%

6.4.2 - São situações passíveis de aplicação de multas por inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, crachá e/ou mal apresentado.	1	por empregado e por ocorrência.
2	Recusar-se a executar serviço contratado, sem motivo justificado.	3	por ocorrência.
3	Deixar de promover a correção dos serviços.	2	por ocorrência.
4	Destruir ou danificar propriedade do TRE-RJ por culpa ou dolo de seus agentes. Obs: A eventual aplicação da multa não isentará a contratada da reparação dos danos/prejuízos causados.	3	por ocorrência.
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o atendimento agendado, sem justificativa.	3	por ocorrência.
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais nas dependências da contratante.	5	por ocorrência.

6.4.3 - São situações passíveis de aplicação de multas moratórias por atraso na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atraso na execução dos serviços, uma vez ultrapassado o limite previsto para item análogo do IMR (Índice de pontualidade no atendimento).	3	por imóvel (localidade) e por dia.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.1 - Medição e recebimento provisório dos serviços:

7.1.1 - A medição será realizada sempre com periodicidade mensal, iniciando-se um novo ciclo a cada novo mês, a partir do recebimento dos comprovantes de realização dos serviços nas unidades imobiliárias, referentes ao mês anterior. Na análise da medição dos serviços serão observadas as disposições referentes aos Instrumentos para medição dos resultados (IMR) e aferição da qualidade dos serviços consignadas no subitem 6.3.3.

7.1.1.2 - A medição refletirá exatamente a execução demonstrada por meio dos comprovantes de realização dos serviços recebidos da contratada.

7.1.2 - No prazo de até 2 dias úteis após o recebimento dos comprovantes e se neles não houver nenhuma irregularidade, a fiscalização do contrato enviará à contratada a planilha de medição de serviços para análise e concordância, acompanhada do Instrumento de Medição de Resultados e, sempre que possível, das respectivas provas de falhas na prestação do serviço, se houver.

7.1.3 - A contratada deverá se manifestar, no prazo de até 2 dias úteis após o recebimento da planilha de medição de serviços e do IMR, se está de acordo com o resultado da medição ou apresentar contestação ao fiscal do contrato.

7.1.4 - O fiscal deverá se manifestar sobre eventual contestação, em até 2 dias úteis. Se o fiscal do contrato não reconsiderar o resultado da medição e do IMR, a contratada poderá recorrer da decisão ao gestor do contrato, em até 2 dias úteis.

7.1.5 - No prazo de até 2 dias úteis após a manifestação da contratada pela concordância ou apresentação de recurso ao gestor do contrato, o fiscal da execução receberá provisoriamente os serviços e submeterá o processo ao gestor do contrato.

7.2 - Recebimento definitivo dos serviços:

7.2.1 - No prazo de até 3 dias úteis, a partir do recebimento provisório emitido pelo fiscal de execução, o gestor do contrato procederá à análise do relatório de recebimento provisório e efetuará o recebimento definitivo do serviço prestado.

7.2.2 - Após a emissão do recebimento definitivo, o gestor deverá solicitar a emissão da nota fiscal pela contratada e, no prazo de até 1 dia útil após seu recebimento, atestá-la e encaminhar o processo para pagamento.

7.2.3 - A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com o valor indicado pelo gestor do contrato, após o recebimento definitivo do serviço, e deverá conter obrigatoriamente:

7.2.3.1 - Razão social e CNPJ do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - CNPJ 06.170.0001/05);

7.2.3.2 - Data de emissão;

7.2.3.3 - O período de referência e a descrição do serviço prestado;

7.2.3.4 - O número do contrato;

7.2.3.5 - O valor bruto e os tributos aplicáveis.

7.2.4 - A contratada deverá apresentar a nota fiscal à contratante no prazo de 2 dias úteis após a solicitação de sua emissão por parte da contratante.

7.2.5 - O atesto da nota fiscal encerra a fase de liquidação da despesa.

7.3 - Prazo para pagamento:

7.3.1 - O pagamento será realizado, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, no prazo de 5 dias úteis, após o atesto da nota fiscal.

7.4 - Interrupção e prorrogação dos prazos:

7.4.1 - Os prazos serão interrompidos sempre que se faça necessário para a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou o saneamento da inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada.

7.4.2 - O prazo de qualquer etapa da liquidação de despesa poderá ser prorrogado justificadamente, sempre que se faça necessária a realização de diligências para a comprovação do cumprimento de obrigações contratuais.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1 - Modalidade da licitação:

8.1.1 - Será adotada a modalidade “pregão eletrônico”, sem a utilização de procedimento auxiliar.

8.1.2 - A adjudicação do objeto será global

8.2 - Critérios de seleção do fornecedor:

8.2.1 - Será utilizado o critério do "menor preço".

8.2.2 - Não será admitido consórcio, nos termos do artigo 6º da Portaria GP TRE-RJ nº. 18/2023.

8.2.3 - As condições e exigências de habilitação técnica estão descritas no subitem 4.8.

8.3 - Propostas e Valores:

8.3.1 - Os licitantes deverão ofertar valores em reais, para o Item Único, o qual contemplará os serviços de Monitoramento e Aplicação nos imóveis de uso da Justiça Eleitoral localizados nas Regiões Norte e Centro/Norte, e será resultante da seguinte multiplicação:

[24 (meses)] X [área total máxima do item] X [valor unitário por m²].

8.3.2 - O valor ofertado deverá contabilizar todos os custos relativos aos dois tipos de ações previstas no presente documento (monitoramento e aplicação), tais como mão de obra, insumos, materiais, equipamentos, ferramentas, deslocamento/transporte etc, observada a descrição e o modelo de execução descritos respectivamente no itens III e V e seus subitens.

8.3.3 - O valor unitário mensal ofertado para cada item será idêntico para todos os meses da prestação do serviço e para todos os imóveis e localidades que o compõem, conforme subitem 5.4.8.

8.3.4 - Proposta padrão:

ITEM ÚNICO – REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE						
SERVIÇOS /AÇÕES	PERIODICIDADE	QUANTIDADE (A)	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA (m²) (B)	VALOR UNITÁRIO DO m² (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO (A) X (B) X (C)
Desinsetização, Desratização e Descupinização (Monitoramento e Aplicação) conforme itens III e V	Mensal	24 (vinte e quatro) meses	m² (metro quadrado)	5.927 (cinco mil, novecentos e vinte e sete)	R\$	R\$

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

9.1 - **Unidade Gestora Responsável:** Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais.

9.2 - **Ação Orçamentária:** Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral.

9.2.1 - Despesa Agregada: Limpeza e Conservação.

9.2.2 - Natureza da despesa: 33.90.39.78 - Serviço de Desinsetização e Descupinização.

9.3 - **Código do Item Orçamentário:** SSG 033.

9.4 - **CATSER:** 3417.

9.5 - **Valor estimado da despesa:** O valor estimado da despesa constará no Anexo II do Edital.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não foi verificada a necessidade de restrição de acesso ao orçamento da contratação.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

DENISE AZEVEDO BORGES ANDRADE
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RAQUEL RIBEIRO LIMEIRA DA SILVA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5031779** e o código CRC **FCCF049F**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS - SEI 2023.0.000043714-7

CONTROLE E COMBATE A VETORES E PRAGAS URBANAS

ITEM	DESCRIÇÃO	Proponente	Unitário	Quantidade m²	Valor Mensal	Meses	Total
1	Controle de Pragas e Vetores	PROPOSTA A	R\$ 4,80	5.927	R\$ 28.449,60	24	R\$ 682.790,40
		PROPOSTA B	R\$ 4,96		R\$ 29.397,92	24	R\$ 705.550,08
		PROPOSTA C	R\$ 3,50		R\$ 20.744,50	24	R\$ 497.868,00
		Média Geral	R\$ 4,42				
		Desvio Padrão	R\$ 0,80				
		Corte	R\$ 5,22				
		Média Final	R\$ 4,42		R\$ 26.197,34	24	R\$ 628.736,16
		Desvio Padrão	R\$ 0,80				
		Grau de Dispersão	18%				
		Mediana	R\$ 4,80				
		VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO					R\$ 628.736,16

Na forma do art. 40, §4º da IN 08/2019 TRE-RJ, pode ser aplicada a mediana sempre que, após o tratamento estatístico do desvio padrão, o grau de dispersão da amostra apresentar-se superior a 30%, desde que tal procedimento não enseje a majoração do valor unitário previamente estimado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO [Lei 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I]

1.1 - Necessidade de manutenção dos ambientes dos imóveis do TRE/RJ, situados nas Regiões Norte e Centro/Norte do estado do Rio de Janeiro, livres da presença de pragas e vetores, contribuindo para a preservação da saúde das pessoas e da integridade dos bens móveis e imóveis e cumprimento à Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017.

1.2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.2.1 - Necessidade apontada no subitem 1.1;

1.2.2 - Impossibilidade de atendimento da demanda mediante a utilização de recursos próprios, considerando a inexistência destes e a obrigatoriedade de realização dos serviços por parte de empresa especializada;

1.2.3 - Cumprimento aos ditames da Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017;

1.2.4 - Cumprimento às determinações contidas nos despachos DG e SSG (processo SEI 2019.0.000008466-2, documento 0138466, fls. 3 a 14).

1.2.5 - Desinteresse da última contratada (Imunivalle — Dedetizadora Freitas Ltda.) na prorrogação do contrato nº. 09/2023 (processo SEI 2023.0.000043714-7, documento 3438577).

II – DATA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA

2.1 - O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, com início previsto para 01/09/2026 e término previsto para 31/08/2028.

2.2 - Caso não seja possível dar início à vigência conforme previsão disposta no subitem 2.1, esta deverá obrigatoriamente iniciar no primeiro dia útil do mês subsequente ao da homologação do certame, e assim por diante, de forma a tornar mais inteligíveis e viáveis a logística de execução dos serviços, por parte da contratada e a definição dos ciclos mensais de monitoramento e das ações de acompanhamento e fiscalização, por parte da contratante.

2.3 - Entre a assinatura do contrato e o início de sua vigência recomenda-se um intervalo de dez (10) a quinze (15) dias, de forma a possibilitar a adoção de providências referentes à sua implementação.

III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE [Art. 18, § 1º, inciso II]

3.1 - Plano Estratégico 2021-2026: Objetivo Estratégico 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura;

3.2 - Proposta Orçamentária de 2026;

3.3 - Plano de Contratações Anual 2026: contratação prevista no item 189 do PCA2026

IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO, COM JUSTIFICATIVAS QUE AS RELACIONE À DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso IV]

4.1 - Tendo em vista que a demanda tratada deverá ser regida pelo sistema de contratação por preço unitário, em função da natureza continuada do serviço, obrigatório por lei e consistente em ações mensais de monitoramento e minimamente semestrais de aplicação de produtos de controle e combate aos vetores e pragas urbanas (Lei nº. 7.806, art. 6º, II), temos que a quantidade demandada equivale, em princípio, à área imobiliária dos imóveis utilizados de forma contínua pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro nas Regiões Norte e Centro/Norte.

4.2 – A área total máxima a ser atendida corresponde atualmente a 5.927 m² (área atualmente ocupada pelos cartórios acrescida de margem de 10% para alterações imobiliárias), conforme planilha constante do subitem 6.3.1, elaborada com base em informações obtidas junto à Coordenadoria de Engenharia. Deve-se observar que o Termo Aditivo do Contrato nº. 09/2023 (3495900) estabeleceu a inclusão de Zonas Eleitorais (situadas nos Edifícios dos Fóruns Estaduais - TJRJ) que não eram tratadas na contratação inicial dentro do item único de controle de pragas e vetores (conforme consta no processo SEI nº 2022.0.000032231-9).

4.3 - A estimativa das quantidades (unidades imobiliárias e respectivas áreas) foi definida em conformidade com a divisão do estado do Rio de Janeiro em três áreas, cujos objetos são /foram atendidos pelos contratos nºs. 2/2024 (Área 1) e 73/2023 (Área 2) e nº. 9/2023, este último encerrado em março de 2024 (Área 3). Ressalte-se que execução dos citados contratos se sucedem com êxito desde setembro de 2020, nas três áreas geográficas. Portanto, não há séries históricas ou memórias de cálculos a serem juntadas aos presentes estudos, podendo ser consultados os processos 2019.0.000008466-2, 2021.0.000018662-1 e 2022.0.000032231-9 referentes aos três contratos anteriores de atendimento à Área 3, aos quais se pretende dar continuidade.

4.4 - A estimativa de quantidades (área das unidades imobiliárias) relativas às Regiões Norte e Centro/Norte foi definida em conformidade com o objeto dos contratos nºs. 44/2020, 56/2021 e 9/2023 que foram executados sucessivamente e com êxito, desde março de 2020, nas mesma Área abrangidas pelo objeto dos presentes estudos. Portanto, não há séries históricas ou memórias de cálculos a serem juntados aos presentes estudos, podendo ser consultados os processos citados no subitem anterior.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR [Art. 18, § 1º, inciso V]

5.1 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1.1 - **SOLUÇÃO 1:** Sistema de Registro de Preços para atendimento das unidades imobiliárias sob demanda, quando constatada a necessidade de intervenção em função da avaliação por parte do seu respectivo responsável.

5.1.1.1: Já foi adotada pelo TRE/RJ em contratações anteriores a 2020. No entanto, com o advento da Lei RJ nº. 7.806/2017, o Sistema de Registro de Preços tornou-se inaplicável, eis que o referido normativo estabeleceu que o serviço de controle de vetores e pragas urbanas deve ser realizado com periodicidade mensal, preventiva e corretivamente. Portanto, configuraria desobediência ao dispositivo legal contratar e executar os serviços somente nos imóveis em que eventualmente fosse constatada sua necessidade.

5.1.1.2 - Não foi realizado o levantamento de custos para a solução, eis que a utilização do Sistema de Registro de Preços é incompatível com a prestação continuada e periódica dos serviços pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, que deve seguir as diretrizes da Lei RJ nº. 7.806/2017.

5.1.2 - **SOLUÇÃO 2:** Prestação continuada dos serviços por unidade de medida, utilizando-se a área atual exata dos imóveis.

5.1.2.1 - Desde setembro de 2020 o TRE/RJ vem se utilizando da presente solução, que está adequada às diretrizes da Lei RJ nº. 7.806/2017. No entanto, em função das alterações imobiliárias que ocorrem invariavelmente, o modelo em questão tornou-se burocraticamente engessado quando da necessidade de se formalizar essas alterações, as quais são necessariamente objeto de aditivos contratuais, cujo trâmite procedimental não acompanha a real cronologia dos fatos, gerando inconsistências temporais e a eventual execução antecipada de parte do objeto contratual em relação ao momento de sua formalização, o que deve ser evitado.

5.1.2.2 - Avaliamos que a estimativa mais confiável é a utilização dos valores devidamente atualizados, referentes ao último contrato que atendeu as mesmas regiões e unidades imobiliárias (Contrato nº. 09/2023 - vigência de 15/03/2023 a 14/03/2024). Considerando que o referido contrato possui vigência de 12 meses e a contratação ora pretendida terá vigência de 24 meses, temos:

5.1.2.1.1 - O valor do m² do Contrato nº. 09/2023 (Regiões Norte e Centro/Norte do estado do Rio de Janeiro), encerrado em março de 2024 era de R\$ 0,70/m². Entendemos razoável atualizar o valor unitário para R\$ 0,80/m². Desta forma, o valor da contratação em estudo é estimado em R\$ 103.449,60 para o período de vigência proposto (24 meses).

5.1.3 - **SOLUÇÃO 3:** Prestação continuada dos serviços por unidade de medida, utilizando-se o regime de execução "empregada por preço unitário" e definição do quantitativo máximo com base na área total atual dos imóveis acrescida de percentual razoável capaz de abarcar as eventuais alterações imobiliárias.

5.1.3.1 - Em função do exposto no subitem 5.1.2.1 e sob observância ao teor do despacho ASJURI 2722190, exarado no processo 2022.0.000032231-9 (Contratação dos serviços de controle de pragas e vetores nas Regiões Norte e Centro/Norte - Contrato nº. 9/2023), aquela contratação para a mesma região (Contrato nº. 9/2023) foi planejada e instruída sob o mesmo modelo reapresentado na presente solução. A empreitada por preço unitário possibilita à Administração colocar prontamente em prática as eventuais alterações imobiliárias sem a necessidade de formalização de aditivo contratual, desde que possam ser abarcadas pelo percentual predefinido na fase de planejamento da contratação.

5.1.3.2 - Para a obtenção da estimativa de custos para a Solução 3, utilizaremos os valores estimados para a Solução 2, acrescidos do percentual considerado razoável para abarcar as futuras alterações imobiliárias relativas à contratação pleiteada. Deve-se ressaltar que o percentual será considerado para fins de emissão das notas de empenho, mas não será necessariamente utilizado, considerando que se destina à cobertura das eventuais alterações imobiliárias que podem ou não vir a ocorrer durante a vigência contratual ou ainda que poderão ocorrer em quantidade inferior ao patamar estipulado. O percentual de acréscimo definido na instrução de alteração quantitativa do contrato nº. 09/2023 (Regiões Norte e Centro/Norte) e posteriormente na fase de planejamento dos contratos atualmente vigentes nº. 73/2023 (Regiões dos Lagos, Centro/Sul e Centro/Serra) e nº. 2/2024 (Capital e Região Metropolitana) foi estipulado em 10% (dez por cento). Entendemos adequado e razoável manter este percentual para a presente contratação.

5.1.3.2.1 - Estimativa de custos (com reserva de 10 %), equivalendo à área de 5.927 m²: R\$ 113.798,40 para o período de vigência de 24 meses.

5.1.4 - Para as soluções 2 e 3 foram estimados os valores unitários dos serviços por metro quadrado aplicando-se sobre os valores do contrato nº. 09/2023 um índice de atualização de aproximadamente 13 %:

5.1.4.1 - Valor unitário referente ao contrato nº. 09/2023: R\$ 0,70/m².

5.1.4.2 - Estimativa de valor unitário para os presentes estudos preliminares: R\$ 0,80/m².

5.1.5 - Impactos Ambientais: A contratação envolve a aplicação de produtos e descarte de embalagens que geram impactos no meio ambiente, razão pela qual foram estabelecidos os critérios ambientais no item XIII. Deve-se observar que os impactos ambientais não interferem na escolha da solução, considerando que a adoção dos critérios para neutralizá-los ou minimizá-los deve estar presente nas três soluções avaliadas.

5.2 - SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Foi escolhida a SOLUÇÃO 3, com base nas informações e justificativas consignadas nos subitens 5.1.1 a 5.1.5 e ainda de acordo com a análise dos seguintes aspectos:

5.2.1 - Aspectos técnicos: Os serviços devem ser realizados obrigatoriamente por empresa especializada, que deverá cumprir determinados requisitos técnicos como possuir licença sanitária e ambiental e responsável técnico com inscrição no respectivo conselho profissional.

5.2.2 - Aspectos econômicos: O serviço é obrigatório por força de lei e seus custos estão previstos nas propostas orçamentárias.

5.2.3 - Aspectos ambientais: Estão previstos no item 38 do Guia de inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE/RJ, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015.

5.2.4 - Aspecto de competitividade: Há várias empresas no mercado aptas a executarem o serviço pleiteado e as exigências e requisitos restringem-se à aplicação das normas e à constante preocupação de serem bem prestados, não restringindo ou limitando, portanto, a participação dos prestadores e a competitividade no futuro certame.

VI - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA [Art. 18, § 1º, inciso VII]

6.1 - O objeto da presente contratação compreende a realização dos seguintes serviços:

6.1.1 - Desinsetização: Controle e combate a todos os tipos de insetos, tais como: baratas, besouros, formigas, gafanhotos, marimbondos, vespas, moscas, mosquitos, percevejos, pulgas, traças, etc. Para efeito da presente contratação está incluído neste tipo de serviço o combate aos aracnídeos (aranhas, carrapatos, escorpiões etc), bem como aos moluscos terrestres (caracóis africanos e lesmas);

6.1.2 - Descupinização: Controle e combate a cupins de madeira seca, cupins subterrâneos ou de solo, carunchos e brocas;

6.1.3 - Desratização: Controle e combate a roedores em geral (ratos, ratazanas, camundongos etc); e

6.1.4 - Monitoramento: Conjunto de ações de inspeção visual com acompanhamento contínuo das infestações e conscientização dos usuários dos imóveis acerca de práticas e comportamentos favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento de novas infestações. A inspeção abrange a avaliação presencial dos locais por parte da empresa contratada, e deverá contemplar estruturas edificadas, entorno, pontos propícios ao acesso, desenvolvimento e instalação de vetores e pragas. O monitoramento também inclui a verificação e acompanhamento dos pontos de aplicação de produtos, iscas, armadilhas, barreiras, etc e todas as intervenções que se façam necessárias em virtude de constatação por meio do próprio monitoramento.

6.2 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.1 - A contratada deverá realizar obrigatória e minimamente 4 (quatro) aplicações no período de vigência contratual, sendo a primeira aplicação no primeiro mês, a segunda no sétimo mês, a terceira no décimo terceiro mês e a quarta no décimo nono mês. As aplicações deverão contemplar os serviços corretivos e/ou preventivos de desinsetização, descupinização e desratização, conforme descritos no subitem 6.1.

6.2.2 - Os serviços da primeira aplicação obrigatória serão executados pela contratada obedecendo prévio cronograma que será apresentado à fiscalização da contratante em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual iniciará as providências para o agendamento das datas junto às unidades.

6.2.3 - As demais aplicações obrigatórias serão precedidas de novos cronogramas, que deverão ser apresentados pela contratada até o dia 20 do mês anterior ao da execução. O cronograma será enviado para a fiscalização do contrato, a qual procederá junto às unidades contempladas o agendamento das datas para a execução dos serviços.

6.2.4 - O monitoramento mensal será obrigatoriamente realizado em todos os 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, com a presença física dos funcionários da contratada, abrangerá a totalidade dos imóveis e também será precedido de cronograma mensal de vistoria, o qual deverá ser apresentado para o fiscal do contrato até o dia 20 do mês anterior ao da execução, no intuito de possibilitar o agendamento junto às diversas unidades.

6.2.4.1. Durante as etapas de monitoramento, verificada a necessidade de intervenções e aplicações para o combate e controle de pragas e vetores, deverá a contratada adotar as ações pontuais necessárias e tecnicamente adequadas a cada caso, preferencialmente na mesma ocasião da constatação, sem qualquer ônus adicional para a contratante.

6.2.4.2. Nos primeiro, sétimo, décimo terceiro e décimo nono meses de vigência, a contratada poderá elaborar cronograma único contemplando a aplicação obrigatória e o monitoramento, considerando que as duas ações podem ser executadas conjunta e concomitantemente, em visita única a cada um dos locais.

6.2.5 - Na elaboração e análise dos cronogramas deverá ser observado o que consta no subitem 6.5.

6.2.6 - A contratada executará cada etapa dos serviços fixados nos cronogramas aprovados pela fiscalização, devendo iniciar e concluir as respectivas ações dentro do mês de referência.

6.2.7 - A contratada poderá solicitar, por escrito e justificadamente, a alteração do cronograma, desde que respeitado o prazo de execução definido no subitem anterior e com antecedência suficiente para análise por parte da fiscalização do contrato.

6.2.8 - O pedido de alteração será analisado livremente pela fiscalização do contrato, podendo ser deferido ou negado em conformidade com as necessidades da Administração.

6.2.9 - A contratada efetuará um combate eficaz para prevenção e extermínio completo das pragas, devendo utilizar o melhor e mais eficaz tratamento disponível no mercado, de acordo com o tipo de infestação em cada área.

6.2.10 - Todos os serviços abrangerão as áreas internas e externas em sua totalidade, tais como edículas, salas, escritórios, auditórios, arquivos, almoxarifados, depósitos, forros, porões, sótãos, assoalhos, mezaninos, lajes, madeiras em geral, madeiramento do telhado, portais, beirais, janelas, mobiliário, vãos, ralos, bueiros, subsolo, quintais, jardins, canteiros, estacionamentos e demais locais infestados ou não, atuando a empresa de forma corretiva e preventiva, tendo o cuidado especialmente com os quadros de luz e fiação para não provocar incêndio e com os reservatórios de água para evitar a contaminação.

6.2.11 - Nas hipóteses de infestação por cupins, a contratada deverá executar obrigatoriamente ação eficaz de combate à praga, consistente nos seguintes procedimentos:

6.2.11.1 - Para os cupins de madeira seca a empresa deverá aplicar injeções e/ou pulverizações de inseticida líquido em móveis e madeiramento das unidades administrativas ou eleitorais, como portas, janelas, esquadrias, telhado, forro, piso etc;

6.2.11.2 - Para cupins subterrâneos (de solo) a empresa deverá utilizar sistema de iscagem ou aplicar barreira química (cinturão) ao redor da edificação ou área, ou, ainda, utilizar técnica comprovadamente mais eficiente.

6.2.11.3 - A presente contratação contempla também o controle e combate às infestações em ambientes destinados à guarda e armazenamento de materiais, documentos e afins (processos, papel, papelão, etc), no entanto não compreende a aplicação de produtos diretamente nos documentos e papéis, considerando a probabilidade de danos aos mesmos e por não se tratar de contratação específica para atender tal demanda, que deve ser suprida no âmbito da gestão documental.

6.2.11.4 - Qualquer tipo de intervenção que implique na perfuração de mobiliário, madeiramento, alvenaria, etc, conforme previsto nos subitens anteriores, deverá ser precedida de autorização do chefe da unidade detentora do bem e/ou do fiscal do contrato.

6.2.11.5 - Todo e qualquer mobiliário ou documento que necessite de tratamento externo, a critério da contratada, somente poderá ser retirado das dependências do TRE/RJ após a autorização do servidor responsável pela guarda do respectivo bem ou documento e da fiscalização do contrato. Nesses casos, a operação de retirada e devolução, bem como os custos envolvidos, correrão por conta da contratada.

6.2.12 - Os produtos raticidas, preferencialmente em blocos ou alternativamente granulados, quando tecnicamente recomendado, deverão ser dispostos em dispositivos apropriados, do tipo “porta iscas”, sendo terminantemente vedada sua utilização em embalagens inadequadas ou espalhados nos ambientes dos imóveis, seja nas áreas internas ou externas, visando à proteção e à preservação da saúde humana e de outros animais.

6.2.12.1 - Os dispositivos "porta iscas" deverão ser utilizados em todos os imóveis, na quantidade e distribuição tecnicamente adequadas, excetuando-se as hipóteses de contraindicação técnica, devidamente justificada pela contratada.

6.2.12.2 - Quando não for possível ou justificadamente não indicada a utilização do “porta iscas”, nos casos da necessidade de colocação dos produtos em ralos, bueiros, *shafts*, dutos, vãos e similares, poderão os blocos ser afixados por meio de abraçadeiras de nylon ou arame, desde que não ofereça riscos a pessoas e/ou outros animais.

6.2.13 – Os produtos para combate a insetos em geral, especialmente baratas, quando aplicados em áreas internas de trabalho (escritórios, gabinetes, auditórios, alojamentos etc), copas, cozinhas e similares deverão ser preferencialmente em forma de gel. Quando tratar-se de áreas externas, áreas sem circulação de pessoas e ralos/bueiros, poderão ser utilizados produtos no estado líquido.

6.2.14 - Os funcionários da contratada deverão comparecer ao local designado portando o “Certificado de Execução do Serviço - CES” devidamente preenchido, contendo o endereço da unidade, data e horários de entrada e saída. Após a conclusão dos serviços, o documento deverá ser datado, assinado e carimbado pelo chefe da unidade. Na ausência do chefe, o documento deverá ser assinado e carimbado por seu substituto e, em último caso, por outro servidor lotado na unidade.

6.2.15 - A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança adequados e necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, exercendo a fiscalização sobre sua utilização.

6.2.16 - A comunicação entre as partes será realizada preferencialmente por correio eletrônico. Não sendo possível a comunicação por correio eletrônico, essa poderá ser realizada por meio de contato telefônico, aplicativo de mensagens ou pessoalmente.

6.3 - LOCAIS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão, inicialmente, prestados nos seguintes locais, sujeitos às alterações previstas no subitem 6.4:

6.3.1 - Item único - Regiões Norte e Centro/Norte (**imóveis atualmente em uso**):

Município	Unidades	Endereço	Área (m²)
Bom Jardim	42ª ZE	Rua Nilo Peçanha, 347, Centro, Bom Jardim/RJ	90
Bom Jesus do Itabapoana	95ª ZE	Rua Expedicionário Paulo Moreira, 67, 1º pavimento, antigo Fórum, Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ	212
Cachoeiras de Macacu	49ª ZE	Rua Dalmo Coelho Gomes, 1, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Betel, Cachoeiras de Macacu/RJ	111
Cambuci	97ª ZE	Rua Maria Jacob, 134, anexo, bloco 3, Edifício do Fórum, Centro, Cambuci/RJ	60
Campos Dos Goytacazes	75ª, 76ª, 98ª e 129ª ZEs	Avenida Dr. Alberto Torres, 81 esquina com Avenida Hélio Póvoa, 44, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ	1.788
Cantagalo	101ª ZE	Rua Olívia Teixeira da Silva, 85, Centro, Cantagalo/RJ	85
Carmo	102ª ZE	Rua Abreu Magalhães, 236, loja, Centro, Carmo/RJ	213
Conceição de Macabu	51ª ZE	Rua Fued Antonio, 8, anexo ao Edifício do Fórum, Centro, Conceição de Macabu/RJ	58
Cordeiro	52ª ZE	Av. Raul Veiga, 157, Edifício do Fórum, Centro, Cordeiro/RJ	37

Guapimirim	149ª ZE	Estrada do Bananal, 2336, lojas 1 e 2, Bananal, Guapimirim/RJ	89
Italva	141ª ZE	Rua Aristides Gonçalves de Souza, 74, térreo, lojas 1 e 2, São Caetano, Italva/RJ	76
Itaocara	106ª ZE	Rua Joaquim Soares Monteiro (Rua Amaro) nº 200, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Jardim D'Aldeia, Itaocara/RJ	147
Itaperuna	107ª ZE e Depósito de urnas	Av. Cardoso Moreira, 485, fundos, Centro, Itaperuna/RJ	436
Miracema	112ª ZE	Av. Deputado Luiz Fernando Linhares, 1020, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Boa Vista, Miracema/RJ	173
Natividade	43ª ZE	Rua Vigário João Batista, 14, Edifício do Fórum, Centro, Natividade/RJ	84
Nova Friburgo	26ª e 222ª ZEs	Praça Getúlio Vargas, 89/95 (antigo Fórum), Centro, Nova Friburgo/RJ	184
Petrópolis	65ª ZE	Estrada União e Indústria, 11860/11960, salas 4, 8 e depósito, Itaipava, Petrópolis/RJ	104
Petrópolis	29ª ZE	Av. Barão do Rio Branco, 2001, 1º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, Petrópolis/RJ	233
Porciúncula	45ª ZE	Acessos pela Rua Prefeito Sinval Augusto Ferreira da Silva, 151, térreo, loja 03 e Rua Prefeito Sebastião Rodrigues França, 100, Centro, Porciúncula/RJ	59
Quissamã	255ª ZE	Estrada do Correio Imperial, 1003, Edifício do Fórum, Piteiras, Quissamã/RJ	56
Santo Antônio de Pádua	34ª ZE	Av. João Jasbick, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, bairro Dezesete, Santo Antônio de Pádua/RJ	103
São Fidélis	35ª ZE	Praça da Justiça, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, São Fidélis/RJ	162
São Francisco do Itabapoana	130ª ZE	Rodovia Afonso Celso, s/nº, Edifício do Fórum, Praça dos Três Poderes, Centro, São Francisco do Itabapoana/RJ	55

São João da Barra	37ª ZE	Rua São Benedito, 199, 1º e 2º pavimentos, Centro, São João da Barra/RJ	132
São José do Vale do Rio Preto	196ª ZE	Rua Senhor dos Passos, 37, Edifício do Fórum, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ	25
São Sebastião do Alto	60ª ZE	Rua João Luiz Daflon, 65, Centro, São Sebastião do Alto/RJ	120
Sumidouro	64ª ZE	Rua José de Alencar, 1136, lojas 01 e 02, Centro, Sumidouro/RJ	115
Teresópolis	38ª e 195ª ZEs	Rua Carmela Dutra, 678, Agriões, Teresópolis/RJ	381
Área Total Atual			5.388
Margem para Alterações Imobiliárias = 10% da Área Total Atual (m²) (com arredondamento relativo à casa decimal)			10% de 5.388 = 539
Área a ser contratada			5.388 + 539 = <u>5.927</u>

6.4 - ALTERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

6.4.1 - Durante a vigência contratual poderá haver acréscimo ou decréscimo nas áreas dos imóveis, bem como alteração, exclusão e/ou inclusão de imóveis, permanecendo inalterado o preço do serviço contratado, por metro quadrado, para todas localidades (municípios/bairros) que integram o item único, cujos municípios encontram-se devidamente discriminadas no subitem 6.4.8.

6.4.2 - Ocorrendo alteração na área das unidades, bem como a inclusão ou alteração da localização das unidades eleitorais, será efetuada nova medição, com vistas à promoção das adequações necessárias à contratação.

6.4.3 - Na ocorrência das alterações imobiliárias por parte da contratante, a contratada será informada da alteração da área do imóvel, podendo contestar no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da comunicação. Caso a contratada não apresente a contestação, a medição realizada pela contratante será válida para os fins contratuais.

6.4.4 - Definidas as alterações, a contratada deverá registrar imediatamente os dados referentes à nova situação imobiliária, de forma a adequar o cronograma e a realização dos serviços, a partir do próximo mês de execução.

6.4.5 - A realização de vistoria por parte da contratada, para fins de verificação da área, implicará na obrigatoriedade de apresentação de declaração com a medição apurada pela empresa.

6.4.6 - O não comparecimento da contratada, no dia e horário agendados para a vistoria, implicará na aceitação da medição do imóvel informada pelo TRE/RJ, a qual será utilizada na presente contratação.

6.4.7 - Caso a medição da área do imóvel realizada pela contratada divirja da apurada pela Administração, a empresa será instada a comprovar a metragem quadrada apurada.

6.4.8 - Fica estabelecido, para efeito da presente contratação, que o item único é composto pelos seguintes municípios, os quais poderão ou não constar do rol inicial ou ainda serem incluídos ou suprimidos durante a vigência contratual, conforme necessidade da contratante, devidamente justificada em função da ocorrência de eventuais alterações imobiliárias:

Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macuco, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Petrópolis, Porciúncula, Quissamã, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Varre-Sai.

6.4.9 - Na eventualidade de as alterações imobiliárias acarretarem em acréscimos quantitativos que ultrapassem a área total máxima contratada para item único do objeto contratual, estas deverão ser objeto de aditamento contratual, respeitados os limites da legislação em vigor.

6.5 – DIAS E HORÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.5.1 - Os serviços de monitoramento e os que compreendam a aplicação de produtos inofensivos à saúde humana deverão ser realizados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente regular das unidades.

6.5.1.1 – O horário regular de expediente e funcionamento das unidades do TRE/RJ é de 11:00 às 19:00 horas, sujeito a eventuais alterações determinadas pela Administração.

6.5.1.2 – Na elaboração dos cronogramas de execução dos serviços deverão ser observados os feriados, pontos facultativos e recessos nacionais, estaduais, municipais, do Poder Judiciário Federal e do TRE/RJ. Quaisquer dúvidas deverão ser sanadas junto ao fiscal do contrato.

6.5.2 - No interesse da contratante, excepcional e pontualmente poderão ser definidos dias e horários diversos dos acima estipulados, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

6.5.3 - Na hipótese excepcional e devidamente justificada de necessidade e indicação técnica para utilização de produtos que possam ocasionar qualquer risco e/ou dano à saúde humana, estes deverão ser aplicados, preferencialmente, no final do expediente da unidade, em horário noturno, finais de semana ou feriados, respeitando o tempo de dispersão do produto, para evitar risco de contaminações/intoxicações.

6.5.4 - Inclui-se nas hipóteses acima de execução dos serviços em horários alternativos, a recomendação emanada de médico do quadro funcional do TRE/RJ, em virtude das propriedades e efeitos dos produtos utilizados.

6.6 – COMPROVANTES E GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.6.1 - Todos os serviços prestados pela contratada, bem como suas reaplicações e reforços, terão garantia de seis (06) meses, contados da data de sua última aplicação ou monitoramento.

6.6.2 - Durante o período de garantia dos serviços a contratada estará obrigada a realizar assistência técnica corretiva, quando solicitada pela fiscalização do contrato, que consistirá em rever instalações, removendo todos os focos e indícios de infestação das pragas. Deverá ser realizada por técnico(s) especializado(s) da contratada e sem qualquer custo adicional para o TRE-RJ.

6.6.3 - A prestação do serviço em garantia deverá ser concluída no prazo máximo de 5 dias úteis contados da data de cada solicitação.

6.6.4 - Os serviços de assistência técnica corretiva serão prestados com o fornecimento, pela contratada, de todo o material e mão-de-obra necessários para a execução do objeto da licitação.

6.6.5 - Completada a intervenção mensal nas unidades constantes do correspondente cronograma aprovado, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato, por e-mail, até o primeiro dia útil do mês posterior à execução dos serviços, as cópias dos "Comprovantes de Execução dos Serviços (CES)" devidamente assinados, nos quais deverão constar minimamente as seguintes informações, em conformidade com o disposto no Art. 19 da Resolução Anvisa RDC 622/2022:

6.6.5.1 - nome do cliente;

6.6.5.2 - endereço do imóvel;

6.6.5.3 - praga(s) alvo;

6.6.5.4 - data de execução dos serviços;

6.6.5.5 - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, do serviço por praga alvo;

6.6.5.6 - grupo químico do produto eventualmente utilizado;

6.6.5.7 - nome e concentração do uso do produto eventualmente utilizado;

6.6.5.8 - orientações pertinentes ao serviço executado;

6.6.5.9 - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

6.6.5.10 - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

6.6.5.11 - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

6.6.6 - A contratada deverá encaminhar à fiscalização, juntamente com os Comproverantes de Execução dos Serviços (CES), um Certificado de Garantia, no qual deverá constar a identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverão constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

6.6.7 - Após cada intervenção (preventiva ou corretiva) a contratada deverá apresentar recomendações por escrito para a fiscalização visando atenuar e/ou prevenir as causas de possíveis infestações que serão transmitidas aos usuários das unidades.

6.6.8 - Após a realização do serviço, a contratada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença do INEA, nos termos do art. 24 da Lei RJ nº.7806/2017.

6.7 – PROPOSTA E VALORES

6.7.1 - Os licitantes deverão ofertar valores em reais, para o item único, o qual contemplará os serviços de Monitoramento e Aplicação nos imóveis de uso da Justiça Eleitoral localizados nas respectivas regiões, e será resultante da seguinte multiplicação: [24 (meses)] X [área total máxima do item] X [valor unitário por m²].

6.7.2 - O valor ofertado deverá contabilizar todos os custos relativos aos dois tipos de ações previstas no presente documento (monitoramento e aplicação), tais como mão de obra, insumos, materiais, equipamentos, ferramentas, deslocamento/transporte etc, observado o rito descrito no subitem 6.2.

6.7.3 - O valor unitário mensal ofertado para o Item único será idêntico para todos os meses da prestação do serviço e para todos os imóveis e localidades que o compõem, conforme detalhado no item 6.4.8.

6.7.4 - Proposta padrão:

ITEM ÚNICO – REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE						
AÇÕES	PERIODICIDADE	QUANTIDADE (A)	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA (m²) (B)	VALOR UNITÁRIO DO m² (C)	VALOR TOTAL (A) X (B) X (C)

Monitoramento e Aplicação, conforme subitens 6.1 e 6.2	Mensal	24	m ² (metro quadrado)	5.927	R\$ _____,	R\$ _____,
--	--------	----	------------------------------------	-------	------------	------------

VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso VI]

Conforme embasamento e cálculos consignados no item 5.1.3.2, obtivemos a seguinte estimativa de valores para a contratação:

7.1 - Estimativa de valor para o item único: Estimativa de custos (com reserva de 10 %): R\$ 113.798,40 para o período de vigência de 24 meses, com base na área a ser contratada de 5.927 m² e utilizando-se o valor unitário estimado de R\$ 0,80/m².

VIII - PARCELAMENTO DO OBJETO [Art. 18, § 1º, inciso VIII]

8.1 - Para fins da contratação de serviços de controle de pragas e vetores no âmbito do TRE/RJ e com os objetivos de ampliação da competitividade e alcance de empresas regionais, reforçados pelo entendimento de que não há perda da economia de escala, foi adotada em 2020, a divisão geográfica do estado do Rio de Janeiro em 3 áreas, cada qual formada por determinadas regiões e seus respectivos municípios, conforme abaixo:

8.1.1 - Área 1 - Capital e Região Metropolitana: composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

8.1.2 - Área 2 - Regiões dos Lagos, Centro/Sul e Centro/Serra: composta pelos municípios de Angra dos Reis, Araruama, Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Iguaba Grande, Itatiaia, Japeri, Macaé, Magé, Mangaratiba, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Sapucaia, Saquarema, Silva Jardim, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

8.1.3 - Área 3 - Regiões Norte e Centro/Norte: composta pelos municípios de Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macuco, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Petrópolis, Porciúncula, Quissamã, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Varre-Sai.

8.2 - Os serviços de controle de pragas e vetores nos imóveis abrangidos pelas Áreas 1 e 2 são objeto de contratos vigentes (73/2023 e 2/2024). Quanto aos serviços nos imóveis que integram a Área 3, ultimamente executados por meio do contrato nº. 9/2023, cuja vigência encerrou-se em março de 2024, configuram o objeto dos presentes Estudos Técnicos Preliminares, posto que não houve interesse da atual contratada na sua prorrogação.

8.3 - Justifica-se, portanto, o não parcelamento do presente objeto em função do mesmo já ser resultante do parcelamento original descrito no subitem 8.1.

8.4 - A adjudicação do objeto será global.

8.5 - Concluiu-se pela contratação agrupada dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização (aplicação e monitoramento), considerando as boas práticas resultantes das contratações vigentes e pretéritas e a existência majoritária de empresas no mercado aptas à realização simultânea de todos os serviços objeto da contratação, facilitando e otimizando a logística de execução e trazendo provável economia aos cofres públicos.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS [Art. 18, § 1º, inciso IX]

Os resultados e benefícios consistem na contribuição para manutenção da higiene e salubridade nos locais de trabalho, otimizando as condições para magistrados, servidores, colaboradores e clientes e também para a preservação dos imóveis, bens móveis e documentos.

Como consequência, além da prevenção de problemas de saúde, existe a expectativa de economia e melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros em função da previsível diminuição nos custos de manutenção predial, esclarecendo que estes não são passíveis de medição por parte desta SEAEDI.

X - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso III]

10.1 - Os serviços são considerados de natureza continuada, permanentemente necessários à Instituição para o bom desempenho de suas atribuições. A inexistência da prestação deste tipo de serviço poderá comprometer as atividades deste Tribunal, na forma de riscos à saúde de magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como à preservação do patrimônio público.

10.2 - Os serviços são considerados comuns, eis que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

10.3 - Os serviços não serão prestados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

10.4 - Os serviços não serão prestados sob demanda.

10.5 - A contratação não se dará pelo sistema especial de registro de preços.

10.6 - A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a referente à Segurança e Medicina do Trabalho, aos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança da contratante

10.6.1 - NORMATIVOS E LEGISLAÇÃO que disciplinam a contratação:

10.6.1.1 - Lei nº. 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos

10.6.1.2 - Resolução TSE nº. 23.234/2010 - dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral

10.6.1.3 - Instrução Normativa nº. 08/2019 da Presidência do TRE-RJ - disciplina os procedimentos relativos à pesquisa de mercado a ser realizada no âmbito da contratação de serviços em geral deste Tribunal.

10.6.1.4 - Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017;

10.6.1.5 - RDC ANVISA nº. 622/2022;

10.6.1.6 - Guia de inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE/RJ, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015, em especial no que se refere ao item XIII;

10.6.1.7 - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);

10.6.1.8 - Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

10.6.1.9 - Decreto-Lei nº 230/75, regulamentado pelo Decreto 480/1975 do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

10.6.1.10 - Lei nº. 12.305/2010;

10.6.1.11 - Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego;

10.7 – VISTORIA DOS IMÓVEIS:

10.7.1 - As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos imóveis, no horário do expediente regular, mediante agendamento prévio junto à Seção de Administração de Edifícios (SEAEDI), situada na Rua da Alfândega, 41, 9º andar, Centro, telefones: (21) 3436-8205 e 3436-8206, e-mail: seaedi@tre-rj.jus.br.

10.7.2 - A empresa que não vistoriar os imóveis assumirá todo o ônus referente ao desconhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer falta de informação posterior para a realização efetiva do serviço.

10.8 – HABILITAÇÃO:

Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante vencedor deverá apresentar:

10.8.1 - Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

10.8.1.1 - Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha executado serviços compatíveis com os especificados nos presentes Estudos, minimamente em 50% da área total estimada (2.963,5 m²) ou 50% da quantidade de imóveis (14 imóveis) que compõem o item único, conforme subitem 6.3.1.

10.8.1.2 - Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

10.8.1.3 - Será aceito, para comprovação do quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.8.1.4 - O pregoeiro poderá solicitar, relativamente aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante, a apresentação das respectivas Notas Fiscais e dos Comprovantes de Execução dos Serviços (CES), cuja obrigatoriedade é imposta por meio da Resolução ANVISA RDC nº. 622/2022.

10.8.1.5 - Os licitantes deverão disponibilizar, mediante exigência por parte pregoeiro, todas as informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.8.2 - Licença ou certificado ambiental válido, que deverá ser expedido pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro;

10.8.3 - Licença ou certificado sanitário válido, expedido pela autoridade sanitária competente do município em que está estabelecida a empresa licitante ou, no caso da inexistência de autoridade sanitária local, pela autoridade sanitária competente do estado do Rio de Janeiro;

10.8.3.1 - Quando não for comprovadamente possível obter o certificado ou licença sanitária perante autoridade competente da localidade do licitante ou do Estado do Rio de Janeiro, o licitante deverá apresentar declaração que informe tal situação, podendo o pregoeiro realizar diligências que confirmem a veracidade das informações.

10.8.4 - Registro/inscrição da empresa junto ao conselho profissional correspondente à formação acadêmica de seu responsável técnico, regular e em vigor.

10.8.5 - Carteira de identidade profissional do responsável técnico expedida pelo respectivo conselho profissional e comprovante de regularidade da inscrição.

10.9 - UNIDADE DE MEDIDA: será adotado o "metro quadrado" (m²).

10.10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.10.1 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

10.10.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no processo licitatório, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.10.3 - Implantar, de forma adequada, o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

10.10.4 - Alocar na prestação dos serviços profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, asseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

10.10.5 - Assumir todas as responsabilidades relativas aos seus empregados e tomar as medidas necessárias ao atendimento daqueles porventura acidentados ou acometidos de mal súbito.

10.10.6 - Fornecer todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive os de proteção individual (EPI) para os funcionários.

10.10.7 - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante.

10.10.8 - Manter a disciplina nos locais dos serviços, e responsabilizar-se pelo seu cumprimento, por parte de seus empregados, em conformidade com as normas disciplinares determinadas pela contratada.

10.10.9 - Substituir qualquer empregado cujo comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços, contrário ao interesse do serviço público, ou que embaraçar ou dificultar a fiscalização, no prazo máximo de 48 horas a contar da ciência do comportamento do prestador pela contratada.

10.10.10 - Observar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

10.10.11 - Todos os serviços que coloquem em risco o patrimônio do Tribunal deverão ser precedidos de proteção adequada, conforme cada caso específico. Caso necessário, a contratada deverá providenciar o remanejamento dos bens para local protegido indicado pela fiscalização e o seu retorno ao final dos serviços em cada área.

10.10.12 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução de contrato.

10.10.13 - Providenciar a limpeza dos locais, após a realização dos serviços, restabelecendo suas condições prévias.

10.10.14 - As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

10.10.15 - Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

10.10.16 - São de responsabilidade da contratada todos os impostos, taxas, licenças e registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

10.10.17 - Fica vedada a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para terceiros ou outros profissionais ou ainda a subcontratação do serviço.

10.10.18 - Apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais, devendo apresentar ao TRE/RJ as certidões de regularidade com o INSS e o FGTS e demais certidões solicitadas.

10.10.19 - Não divulgar ou fornecer dados ou informações obtidas em razão deste contrato, e nem utilizar o nome do TRE/RJ para fins comerciais, campanhas ou material de publicidade, salvo quando houver autorização prévia.

10.11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.11.1 - Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidores especialmente designados.

10.11.2 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho.

10.11.3 - Permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para a execução dos serviços.

10.11.4 - Comunicar à contratada as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

10.12 - PREPOSTO:

10.12.1 - Após a assinatura do contrato, a contratada deverá indicar preposto, por meio de carta, informando seu nome completo, números de telefone, endereço e e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre a contratante e a contratada. Os dados solicitados deverão ser enviados à Seção de Administração de Edifícios, para o e-mail “seaedi@tre-rj.jus.br”.

10.12.1.1 - O preposto deverá estar acessível ao contratante, por intermédio de telefones fixos e/ou celulares.

10.12.1.2 - Caso haja dificuldade na comunicação com o preposto, a contratada deverá nomear, imediatamente, novo preposto, apto a tomar todas as decisões necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

10.12.2 - A contratada deverá informar previamente à fiscalização do contrato a necessidade de mudança das indicações contidas no subitem anterior, de forma a não haver interrupção na comunicação entre as partes. Em casos imprevisíveis, a comunicação deverá ser efetuada imediatamente após à constatação da ocorrência.

10.12.3 - O preposto não importará em ônus adicional ao TRE-RJ.

10.12.4 - O preposto deverá ter capacidade para gerenciamento administrativo e técnico visando agilizar os contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato, emissão de relatórios e orçamentos que forem solicitados pelo contratante.

10.12.5 - Não é obrigatória a permanência do preposto no local da prestação do serviço, salvo quando demandado pela contratante.

10.12.6 - O preposto deverá comparecer às instalações do contratante sempre que solicitado, em tempo hábil para tratar com o fiscal do contrato, exclusivamente, de assuntos administrativos referentes ao contrato.

10.12.7 - A contratante fixará o prazo para o comparecimento do preposto, quando solicitada a sua presença, o qual não será inferior a 24 horas.

10.12.8 - O preposto da contratada deverá providenciar todas as documentações solicitadas pela fiscalização, relacionadas a comprovação do cumprimento das obrigações contratuais.

10.13 - A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar contempla aprimoramentos decorrentes da observação, acompanhamento, experiência e anotações por parte dos gestores e fiscais de contratos similares a cargo da SEAEDI/COSEG, mas não foram identificados novos requisitos a serem consignados nos presentes Estudos Preliminares.

XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO [Art. 18, § 1º, incisos X e XI]

11.1 - Adequações de ambiente: Não foi identificada a necessidade de adequação dos ambientes que serão contemplados com a execução dos serviços.

11.2 - Recursos Humanos: Não foi identificada a necessidade de treinamento/capacitação de servidores para exercer as atribuições de gestão e fiscalização principal e auxiliar especificamente em relação aos dos contratos que resultarão do presente planejamento, o que não exclui a necessidade constante de atualização e capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos diversos.

11.3 - Impactos Administrativos: Não foram identificados impactos administrativos relevantes que possam implicar em mudanças de processos ou rotinas de trabalho, considerando que os servidores da SEAEDI/COSEG já desempenham as atribuições de gestão e fiscalização relativamente ao contrato vigente nº. 09/2023, cujo objeto é bastante similar ao aqui especificado.

11.4 - Contratações correlatas e/ou interdependentes: A contratação pretendida tem o objetivo de aperfeiçoar e substituir o objeto do contrato nº. 09/2023. Deve-se ressaltar ainda a existência dos contratos nº. 73/2023 e 2/2024, cujos objetos são correlatos, no entanto referem-se à execução dos serviços de controle de pragas e vetores em regiões geográficas distintas das especificadas no presente documento. Portanto, apesar da possibilidade de existência de até três contratos com o objeto Controle de Pragas e Vetores, estes referir-se-ão obrigatoriamente a regiões e

municípios distintos, estando consignado no item 8 dos presentes estudos todo o embasamento para o parcelamento do objeto em itens.

XII – COMPETÊNCIA ESPECÍFICA PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

12.1 - A gestão e fiscalização da prestação dos serviços não demandam competências específicas dos servidores que as exercerão.

12.2 - A gestão e fiscalização principal serão realizadas por servidores lotados na SEAEDI/COSEG, que já exercem e/ou exerceram as referidas atribuições relativamente a contratos similares.

12.3 - Considerando a inviabilidade da presença da fiscalização principal nas unidades da Justiça Eleitoral distribuídas pelas várias regiões e municípios do estado do Rio de Janeiro contemplados pelos serviços, torna-se necessário que os chefes das unidades (ou seus substitutos) exerçam a fiscalização auxiliar “in loco”, como forma de assegurar a execução em conformidade com os termos contratuais.

XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/REQUISITOS AMBIENTAIS [Art. 18, § 1º, inciso XII]

A contratada deve observar as orientações e recomendações contidas no item 38 do Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015:

13.1 - Executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC Anvisa nº 622/2022, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

13.2 - Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, comprovando a destinação final ambientalmente adequada, quando solicitado pela fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº. 12.305/10.

13.3 - Os produtos utilizados pela contratada deverão obrigatoriamente ter as seguintes características:

13.3.1 - Não causarem manchas.

13.3.2 - Serem antialérgicos.

13.3.3 - Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação.

13.3.4 - Serem inofensivos à saúde humana.

13.3.5 - Serem permitidos pela Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

13.3.6 - Não serem nocivos às plantas e peixes, no caso de aplicação nos espelhos d'água para combate às larvas diversas.

13.3.7 - Não serem nocivos às plantas, no caso de aplicação nos canteiros, árvores e gramados.

13.4 - Os produtos utilizados deverão, também, ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente e, nas situações em que couberem, apresentarem a inscrição e regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras.

XIV — INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Por se tratar de serviço comum e a estimativa de valores não indicar a possibilidade de dispensa, sugerimos a modalidade licitatória “pregão” na forma “eletrônica”, utilizando-se, para a seleção do fornecedor, o critério “menor preço global”.

XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA [Art. 18, § 1º, inciso XIII]

A equipe de planejamento conclui pela viabilidade da contratação, essencialmente similar ao Contrato nº. 9/2023 cuja vigência encerrou-se em 2024, considerando que o ambiente não necessita de adequações para receber os serviços e ainda que há previsão na Proposta Orçamentária 2026, bem como no Plano de Contratações Anual 2026.

XVI - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS ESTUDOS PRELIMINARES OU AO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Devido a tratar-se de documento preparatório para a licitação, este deve ter acesso restrito até a publicação do Edital de Licitação (Art. 7º da Lei nº. 12.527/2011).

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

DENISE AZEVEDO BORGES ANDRADE
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RAQUEL RIBEIRO LIMEIRA DA SILVA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5031758** e o código CRC **89A0EBC1**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.